

COMICIO PCP

PAV. dos DESPORTOS
DIA 14 - SEXTA-FEIRA - 21.30 H.

ÁLVARO CUNHAL
Secretário-geral do PCP

**BASTA DE "AD"!
ELEIÇÕES!**

DONL DO PCP - 2

ELEIÇÕES: A ÚNICA SOLUÇÃO

Temos uma situação de escândalo: um Governo derrotado e demitido continua a governar e nem respeita as competências limitadas que a Lei lhe impõe.

Temos uma hipótese insultuosa: outro Governo «AD» chefiado por um tal Vítor Crespo que implora uns ministros que lhe faltam. O PCP reafirma: eleições antecipadas são a única solução. - **Editorial e declaração de Octávio Pato após reunião da Comissão Política do CC do PCP.**

Pág. 2

Suplemento / **Avante!**

Ano 51 - Série VII
N.º 471
14 de Janeiro de 1983
Suplemento n.º 27
Não pode ser vendido
separadamente

Suplemento / **Avante!**

Ano 51 - Série VII
N.º 471
14 de Janeiro de 1983
Suplemento n.º 27
Não pode ser vendido
separadamente

Suplemento / **Avante!**

Ano 51 - Série VII
N.º 471
14 de Janeiro de 1983
Suplemento n.º 27
Não pode ser vendido
separadamente

OURIQUE

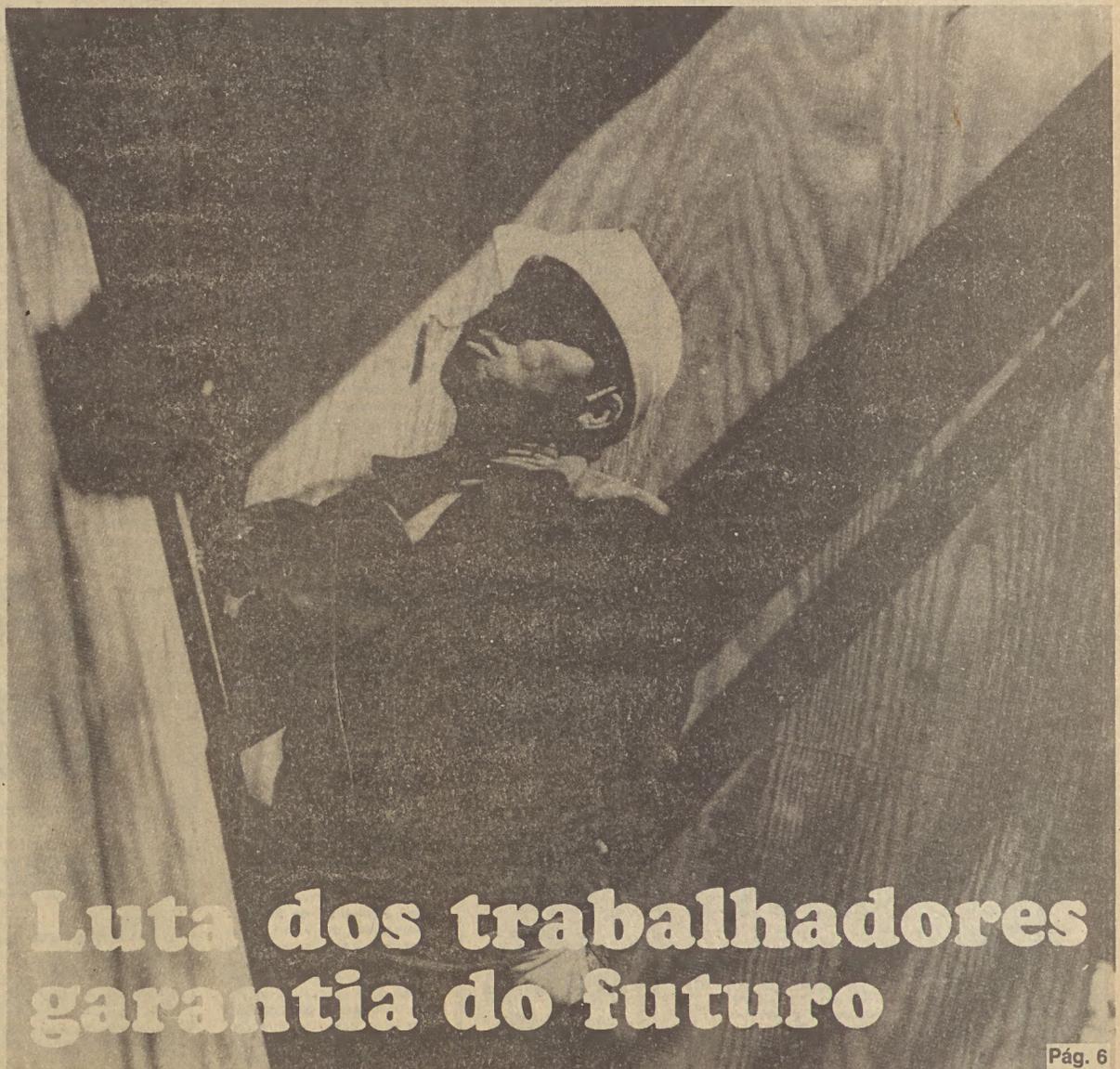
Que teme o PSD
que se descubra
na Câmara?!

*Cinco jornalistas do «Avante!»
estiveram lá dois dias e contam o
que viram: a campanha de
ameaças e provocações dos
caciques PSD, as necessidades de
um povo a que a câmara jamais
acorre, o que pensa, diz e faz e
deseja o povo de Ourique*



MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

Grupo parlamentar do PCP defende na Assembleia da República aumento do salário mínimo nacional, pagamento de 13.º mês aos reformados, reforma dos pescadores aos 55 anos: a «AD» está contra. - Págs. 3 e 7



Luta dos trabalhadores garantia do futuro

Pág. 6

SEMANA

5 Quarta-feira

A Comissão Permanente do Partido Socialista divulga comunicado em que considera «imperativas a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas». Este órgão directivo do PS considera ainda «que nenhuma solução política e governativa consistente será possível no quadro da actual maioria parlamentar.» ■ O Comité Político Consultivo do Pacto de Varsóvia propõe em Praga aos países membros da NATO a assinatura de um tratado sobre o «não recurso à força militar e a salvaguarda das relações da Paz.» ■ Os serviços do trabalho da Alemanha federal anunciam que o número de trabalhadores desempregados naquele país atingiu no passado mês de Dezembro a cifra record de 2 323 400, o que corresponde a um aumento do desemprego de 9 por cento num ano.

6 Quinta-feira

Em conferência de Imprensa realizada em Lisboa, várias associações de armadores afirmam que «as delegações técnicas espanholas têm feito exigências no sentido de manterem o seu actual esforço de pesca nas nossas águas», o que «faz inviabilizar a possibilidade de um acordo justo, na medida em que tal acordo de pesca extinguiria algumas das espécies que abundavam na costa portuguesa.» ■ Vinte e quatro deputados do PSD solicitam reunião de urgência do grupo parlamentar do seu partido para análise da situação política. Em abaixo assinado, estes deputados afirmam «não poder deixar de censurar a direcção por colaborar no afundamento político do grupo parlamentar.» ■ O Conselho de Ministros, apesar do Governo estar demitido, aprova diploma que suspende a vigência de um decreto do CR que regulava as condições em que os elementos das FA's podiam exercer actividades políticas ou sindicais.

7 Sexta-feira



Na busca de um acordo justo

O Sindicato Têxtil do Porto, fazendo um balanço à situação no sector, verifica que se mantém o atraso no pagamento dos salários, a situação de desemprego e ameaça de novos despedimentos, intensificação da repressão e agravamento das dificuldades nas empresas. ■ O Grupo Parlamentar do PCP apresenta um projecto de lei com vista à redução da idade de reforma dos pescadores portugueses para os 55 anos. Para actualizar os quantitativos do salário mínimo nacional, os deputados comunistas apresentam uma proposta de lei à Assembleia da República. ■ Os Sindicatos do sector consideram boa a adesão dos trabalhadores manifestando-se nas principais cidades italianas contra a política económica antipopular decretada pelo governo de Fanfani. ■ Violentos confrontos provocados pela direita libanesa originam vários mortos em Trípoli e levam ao corte da água, electricidade e telefone.

8 Sábado



Bandeira passa para 30 escudos

Depois da gasolina e da electricidade o Governo AD decreta aumentos nos táxis, Carris e Transtejo. Um bilhete de autocarro em Lisboa custa já 40 escudos, a bandeira dos táxis passa para 30 e cada fracção sobe para três escudos. ■ Em carta dirigida aos militantes do CDS, Basílio Horta considera, entre outras coisas, que «esta já não é a mesma Aliança Democrática» e afirma que um «governo liderado por Vítor Crespo não tem condições para mobilizar o país.» ■ Comentando a proposta do Pacto de Varsóvia à NATO para a discussão de um tratado de não agressão, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, considera que esta «merece o mais atento dos exames.» ■ Doze milhões de trabalhadores norte-americanos encontravam-se desempregados no final do ano passado, número este que constitui novo recorde.

9 Domingo

O MDP/CDE, em nota tornada pública, considera que «se torna urgente encontrar a solução de amplo consenso democrático que o País exige», e afirma-se disponível para procurar em conjunto «com as forças políticas democráticas e com o Presidente da República tal solução.» ■ Em entrevista à Rádio Renascença Helena Roseta, membro do Conselho Nacional do PSD, afirma que a AD está morta e «enterrada» e responsabiliza o Governo Balsemão por ter levado Portugal à ruína. ■ Os armadores espanhóis de Ayamonte ameaçam bloquear a fronteira fluvial do Guadiana se os governos de Portugal e Espanha não retomarem com brevidade as negociações para o estabelecimento de um acordo de pescas. ■ Fontes oficiais angolanas desmentem contactos com bandos armados ao serviço dos racistas de Pretória. ■ O governo argentino classificou de «gesto de provocação e de soberba» a presença da primeiro-ministro britânica, Margaret Thatcher, nas ilhas Malvinas.

10 Segunda-feira

Mais de cinquenta intelectuais portugueses dirigem um apelo ao Presidente da República para que dissolva a Assembleia da República e convoque eleições antecipadas «a fim de salvaguardar a dignidade nacional e defender o regime.» ■ Segundo informação do INE o défice da balança comercial atingiu 314,2 milhões de contos nos nove primeiros meses de 1982. ■ O Tribunal da Relação de Évora rejeita a reclamação da APU sobre a decisão do mesmo tribunal de ordenar a repetição das eleições nas freguesias de Santana da Serra e Ourique. ■ A Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP) considera que um eventual próximo governo da AD «dificilmente poderá corresponder» à necessidade de um executivo forte, apoiado por uma maioria coesa e activa. ■ Afirmações do chefe das Forças Armadas da África do Sul levam a supor em Luanda que os racistas preparam nova agitação de grande envergadura contra a República Popular de Angola.

11 Terça-feira



Yuri Andropov

Depois da reunião da Comissão Directiva do CDS ficou a saber-se que nenhum dos mais destacados dirigentes deste partido integrará o eventual governo de Vítor Crespo. ■ O PCP, por intermédio de Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política, acusa a AD de estar a fazer chantagem com a não aprovação do OGE para continuar a governar e obstar à realização de eleições gerais. ■ A convite da CGTP chega a Portugal Henri Krasucki, secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) de França. ■ As forças da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador lançaram nova ofensiva no norte do país tendo ocupado uma localidade e atacado três acuartelamentos do exército. ■ Yuri Andropov, Secretário-Geral do PC da União Soviética recebe em Moscovo o dirigente do Partido Social Democrata Alemão, Jochem Vogel, o qual, no final, se afirma optimista sobre a possibilidade de acordos de paz entre o Leste e o Oeste.

Editorial

CONTINUAÇÃO DO GOVERNO «AD» — INSULTO AO POVO PORTUGUÊS

Três semanas são passadas sobre a demissão do Governo Balsemão. Portugal marasma numa indefinição política injustificável.

É uma indefinição que comporta custos elevados para o País, mais ainda quando elementos essenciais para a solução democrática da crise se encontram clarificados.

A «AD» é hoje — e mais cada dia que passa — uma barca arrombada que mete água por todas as fendas e da qual uma grande parte da tripulação e dos que nela embarcaram por engano a abandonam e se põem avisadamente ao «fresco».

Vários «timoneiros» disputam a ponte de comando, outros procuram alijar a carga das responsabilidades, acende-se entre todos uma dilacerante contenda sobre o rumo a seguir.

Mas não querem ir para o fundo, agarram-se ao Poder como a uma bóia de salvação. Algumas «boas almas» procuram discretamente estender-lhes a mão por cálculo e mesquinhas ambições de Poder mesmo que o País se afunde.

Singra a barca da «AD» no mar encapelado do descontentamento popular e no entanto, de maneira paradoxal, é a esta «AD» eleitoralmente derrotada, politicamente falida, institucionalmente sem legitimidade, que se consente governar em áreas que exorbitam o seu estatuto legal e se confia a Iniciativa de solucionar uma crise que eles próprios conduziram a um ponto de descalabro.

Tudo se passa nos revólvidos arrais da «AD» como se a resolução de uma crise governativa com o significado, e a profundidade e a latitude políticas da actual fosse uma questão puramente interna da coligação ainda instalada no Governo.

Tal atitude é, além de mais, um insulto ao Povo português, à Constituição da República, aos órgãos de soberania a quem a Constituição atribui competências decisivas.

A «AD» perdeu toda a legitimidade como Governo e como força governante. Deve ser afastada da área do Poder. O Povo português tem direito a uma palavra definitiva sobre os rumos da política nacional e sobre as forças que devem conduzir a governação do País.

A solução da crise do Governo na linha de Interesses do povo e da nação portuguesa exige como passo necessário a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão idónea, a marcação de eleições antecipadas no prazo de 90 dias.

É essencial para abrir caminho a uma tal solução que a nova armadura de forças operada de maneira evidente no plano político, e até mesmo nas urnas, como aconteceu no dia 12 de Dezembro, adquira a curto prazo nova expressão eleitoral e que, na base de novas eleições, se constitua um governo legitimado pela vontade democraticamente expressa do Povo português.

Tais medidas são além disso essenciais para uma alternativa política à «AD».

Os Crespos, Barbosas, Baptistas, Hortas, Adegas, Alipios, Moreiras, Moraes e outros figurões «ministeriais» e «ministeriados» da «AD», na ribalta ou nos bastidores, que se digladiam pelo Poder como filibusteros, são bem conhecidos do Povo português. Com Balsemão e Freitas (e até com Salazar), já deram as suas provas como incompetentes, como inimigos dos trabalhadores e covéis da democracia, como inspiradores e protectores da corrupção, como fazedores da crise.

Não podem continuar a gerir e a ter nas suas mãos os

destinos do País, não podem ser alternativa a si próprios.

Crespo nem sequer foi ainda indigido pelo Presidente da República mas, em conjunto e dirigido pelo falido Balsemão, ainda Primeiro-Ministro embora demissionário, distribui pastas (e acautele «postas») como se institucionalmente tivesse já o encargo de chefiar o próximo governo e já fosse Primeiro-Ministro.

Numa ataballária corrida contra-relógio procuram arranjar um governo de ocasião antes do último minuto do último dia do prazo oficial que se diz ter sido marcado pelo Presidente da República.

O «prazo oficial» marcado pelo Povo português já terminou há muito. A «AD» deve ser afastada do Poder antes que a gangrena atinja órgãos vitais da democracia e do País.

O Presidente da República, a quem certos círculos que jogam no apodrecimento do Poder responsabilizam pelo prolongamento da «AD» no Governo, está a chamar a si responsabilidades que não favorecem a sua imagem como órgão de soberania a quem cabem em última análise as decisões institucionais necessárias para a saída da crise.

Aqueles que apregoaram promessas mirabolantes de melhoria das condições de vida do povo (o celebrado «projecto AD») e que geraram afinal a situação nacional mais grave desde o 25 de Abril de 74, propõem-se agora objectivos mais modestos: simplesmente «gerir a crise».

Mas o Governo demissionário de Balsemão e Freitas, com estatuto legal de «governo de gestão», não só não gere a crise como a agrava; não só não assegura a simples gestão dos negócios correntes do Estado — como lhe compete enquanto não tiver substituído — como põe em prática medidas de fundo (que não lhe competem) na linha de continuidade da sua política antipopular e antinacional de sempre.

Balsemão, Freitas e Salgueiro, não apresentaram até 15 de Setembro de 82 o OGE, como por lei eram obrigados, mas agora usam a chantagem da não existência do OGE para pressionarem o PR a investir de novo a «AD» no Governo. Mas os «amiguinhos» da reacção portuguesa dos círculos do capital financeiro internacional, carregam eles também na mesma tecla recosos de uma viragem democrática em Portugal: sem OGE — dizem eles — não haverá novos empréstimos estrangeiros...

Balsemão, Freitas e C. não apresentaram nos prazos legais o Orçamento do País mas legalmente vão agravando o «orçamento» familiar dos portugueses, principalmente dos trabalhadores; aceleram a escalada dos preços; intensificam, com recurso à repressão, a ofensiva contra a Reforma Agrária; empenham dia a dia o País à agiotagem do capital estrangeiro; continuam a aplicar a sua política económica de bancarrota.

Os recentes aumentos dos combustíveis, da energia, dos transportes, das comunicações telefónicas e outros serviços seguem-se já subidas que afectam duramente o povo trabalhador nos domínios da alimentação, da habitação, dos medicamentos.

Balsemão põe em prática medidas para garantir a continuação do monopólio sobre a comunicação social estatalizada, pondo em lugar do «doador» da TV, Froença de Carvalho, um seu «homem de palha».

A Balança Comercial fechou com um défice segura-

mente superior aos 400 milhões de contos (314,2 milhões de Janeiro a Setembro).

Os juros do crédito para a Habitação sofreram um novo aumento, insistentemente se fala de uma nova elevação da taxa de juro para breve e numa nova desvalorização do escudo, a inflação era no fim do ano superior a 23%.

Na frente económica, como na frente política e social é a dinâmica do desastre, da falência e da confrontação com os trabalhadores o que subsiste, é o estrangulamento pelo garrote do capital estrangeiro e do imperialismo da nossa independência nacional.

Parar urgentemente esta corrida para o abismo, correndo com a «AD» do Poder, é um imperativo patriótico que se impõe ao Povo português, às forças democráticas, aos órgãos de soberania a quem compete velar pela segurança e eficiência das instituições democráticas.

Elementos essenciais para a solução democrática da crise estão clarificados mas outros de importância decisiva não o estão; outros ainda, somente podem clarificar-se após a realização de eleições.

Nesta solução o movimento popular de massas tem um papel decisivo e fundamental! A luta de massas tem sido e será o factor determinante para a viragem de política.

O problema central da alternativa à «AD» não pode ser encarado com levandade nem cálculos oportunistas pelas forças democráticas.

É necessário encarrar com grande sentido das responsabilidades as condições imediatas para uma viragem de política e de Governo.

As eleições antecipadas são um passo necessário e imediato para a clarificação dos caminhos que conduzirão à solução da crise; assegurar a vitória eleitoral das forças democráticas e a derrota das forças reaccionárias agrupadas na «AD» ou antagonizadas por ambições hegemónicas do Poder, tem de ser uma preocupação institucional e prática de todos os democratas e patriotas para que necessárias mudanças sejam operadas. Mas o oportunismo eleitoralista seria uma via susceptível de conduzir a novos e mais perigosos agravamentos da situação nacional.

Os dirigentes do PS que de maneira irrealista e falsa se arvoram em única alternativa à «AD» usam técnicas de «marketing» que a experiência política dos portugueses não aceita e reprovam.

«O PS está em condições de ser governo em 24 horas» — proclamam dirigentes socialistas.

É uma atitude demagógica e irresponsável.

Qualquer governo pode ser «formado» em 24 horas mas uma alternativa verdadeiramente democrática à «AD» não pode ser apenas a formação de um qualquer governo mas sim como governar; que política, que medidas económicas se propõe, que camadas sociais privilegia, que garantias de democraticidade dá ao Povo português, de que apoio social e político dispõe.

É um mundo grande demais para as duas mãos do PS.

O aprofundamento da extraordinária vitória de 12 de Dezembro rasgará novos horizontes à luta do Povo português.

Só uma grande convergência de forças democráticas e patrióticas que se exprimam no Governo pode dar suporte e viabilização prática a uma política que arranque Portugal da crise.

Uma tal alternativa é impensável sem a participação do PCP, sem o dinamismo, a abnegação e o patriotismo dos comunistas portugueses.

Afastamento da «AD» do Poder e convocação de eleições são imperativo democrático e patriótico

No final da reunião da Comissão Política do CC do PCP realizada na passada terça-feira, o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, prestou a seguinte declaração a órgãos de comunicação social:

A Comissão Política do PCP examinou o desenvolvimento da crise política e governamental e reafirma a urgência de se contrariar e pôr termo ao arrastamento da crise, sublinha ser uma evidência que a AD não pode continuar à frente dos destinos do País, insiste em que a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas constituem a saída constitucional que a situação exige.

Sabe-se a situação de desastre a que três anos de governos AD conduziram o País. Sabe-se que o demitido Governo AD persiste numa actuação antipopular (aumentos de preços e outras medidas) que exorbita manifestamente das suas limitadas competências actuais. Sabe-se que os dirigentes da desagregada coligação governamental continuam a anunciar medidas e planos de subversão do regime democrático.

Perante tudo isto, o afastamento da AD do Poder e a convocação de eleições são pois um inadiável imperativo democrático e patriótico.

O PCP denuncia como um escândalo ofensivo da dignidade das instituições que os círculos dirigentes da AD se estejam a comportar, nas suas declarações e iniciativas, como se a indigitação e nomeação do Primeiro-Ministro e demais ministros não fossem da única e exclusiva competência do Presidente da República.

O PCP denuncia igualmente as pressões que certos meios políticos pretendem exercer junto do Presidente da República visando impedir uma decisão no sentido da dissolução da AR, com a alegação de que o OGE não foi aprovado e que, nestas condições, não seria possível, designadamente, contrair empréstimos externos.

A não aprovação do OGE é da inteira responsabilidade do Governo AD que desrespeitou todos os prazos sobre a sua apresentação à AR.

Com esta campanha pretende-se fazer crer ser necessária a continuação da AD no Governo e impedir assim o retorno a eleições antecipadas.

Com a sua continuação no Governo, a AD ganharia tempo e possibilidades para levar mais longe a sua obra de destruição e descalabro nacional.

Mas o país perderia tempo e possibilidades necessários ao esforço de recuperação económica e de solução dos problemas nacionais que só novas eleições e uma viragem democrática podem impulsionar e garantir.

As medidas democráticas e constitucionais que o PCP de há muito reclama — dissolução da AR, formação de um Governo de Gestão isento e eleições antecipadas — são hoje defendidas por um amplo leque de forças e sectores políticos.

Correspondem à vontade popular e ao interesse nacional. São medidas de irrepreensível legitimidade democrática. Contrapostas à desagregação e convulsões da AD e aos prejuízos e instabilidade provocados pela sua política são ainda medidas com um importante carácter estabilizador.

Acima de tudo, constituem um passo indispensável para abrir caminho à solução dos graves problemas do país e dar resposta às mais prementes aspirações do Povo português.

Faleceu Nikolai Podgorny

Faleceu na passada segunda-feira, com 79 anos, o antigo chefe de Estado da URSS, Nikolai Podgorny.

Entre 1965 e 1977, Nikolai Podgorny foi presidente do Presidium do Soviete Supremo da União Soviética, cargo correspondente a chefe de Estado.

Membro da Juventude Comunista desde 1921, Nikolai Podgorny entrou para o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1930.

Natural da Ucrânia, aí desempenhou cargos governamentais, tendo acompanhado sectores relacionados com a indústria alimentar naquela República e também a nível do Estado soviético.

Titular das mais altas condecorações oficiais, nomeadamente a «Ordem de Lênin», a de «Herói do Trabalho Socialista» e a «Ordem da Bandeira Vermelha do Trabalho», Podgorny foi eleito membro do CC do PCUS em 1955 e 1.º secretário do PC da Ucrânia em 1956. Em 1958 ocupa o cargo de membro suplente do Politburo do PCUS, passando a membro efectivo em 1960.

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES



“A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português”

edições **Avante!**

o jornal operário é a tribuna operária

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 798345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

Casa da Vanda em Lisboa: Rua do Sácluo, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrouzha - 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 779836/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044

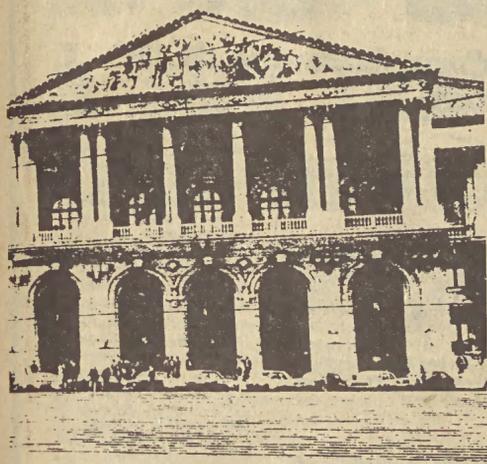
Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tragem do mês de Dezembro: 47 460

Assembleia da República

Da apatia do PSD e do CDS à dinâmica do PCP



Os trabalhos da Assembleia da República após a demissão do Governo «AD» têm-se caracterizado por uma apatia quase generalizada por parte dos partidos da maioria. Nas bancadas do CDS são mais os lugares vagos do que os deputados presentes. Nas filas do PSD, o número de presenças é talvez maior mas a isso se limitam, assistem à sessão de corpo presente. O PPM vai fazendo por estar, que de hoje para amanhã a coligação desfaz-se e não vai ser fácil encontrar eleitores que assegurem os cinco lugares que lhes foram oferecidos pelo PSD e pelo CDS.

Mas a apatia não se fica por aqui. Quanto a iniciativas destas bancadas — nicles.

Em contrapartida, o Grupo Parlamentar do PCP — conforme largamente se dá conta nesta edição — em meia dúzia de sessões, para além das declarações políticas proferidas, produziu já vários projectos de lei: reforma para os pescadores aos 55 anos, actualização do salário mínimo nacional, lei da RDP, pediu a ratificação do subsídio de Natal dos reformados e requereu a constituição de uma Comissão de In-

quérito Parlamentar sobre as causas da não divulgação do relatório oficial da Procuradoria Geral da República sobre os incidentes do 1.º de Maio no Porto.

Em poucas sessões vê-se quem apresenta trabalho. Gente que trabalha é outra coisa.

Mas este panorama não é de agora. Na passada terça-feira, a Direcção de Serviços de Divulgação e Relações Públicas da AR informava o total de intervenções produzidas pelos deputados no decorrer das reuniões plenárias dos meses de Outubro e Novembro.

Assim, em Outubro, eram os seguintes os totais (compreendidos os períodos da Ordem do Dia e de antes da Ordem do Dia):

PSD — 12; PS — 11; CDS — 4; PCP — 18; PPM — 6; ASDI — 8; UEDS — 5; MDP — 3; UDP — 5.

E em Novembro eram os seguintes os totais: PSD — 45; PS — 51; CDS — 30; PCP — 77; PPM — 20; ASDI — 41; UEDS — 33; MDP — 42; UDP — 27.

Apresentado pelo PCP um projecto de lei sobre a RDP

Na sessão plenária da Assembleia da República de 7 de Janeiro o deputado comunista Jorge Lemos apresentou o Projecto de Lei n.º 387/II sobre a Lei da Radiodifusão. Na introdução, focou detalhadamente a ofensiva do Governo «AD» à comunicação social estatizada — a Anop, a RTP e a imprensa estatal foram casos abordados. Passando depois ao teor da lei que ali tornava público afirmou: **A actividade das empresas de radiodifusão não escapou de igual modo ao quadro negro que descrevi muito brevemente. Pode mesmo dizer-se que o ano de 1982 ficou marcado pela ausência de quaisquer iniciativas governamentais que visassem pôr fim à indefinição do quadro jurídico em que, ano após ano, se vem exercendo as actividades de radiodifusão.**

E mais adiante: **São periodicamente reactivadas as tentativas de subtrair à RDP algumas das frequências que desde há muito vem utilizando. (...) O direito de antena específico dos partidos de oposição, o direito de réplica política, bem como o direito de resposta dos cidadãos através da radiodifusão ainda não estão assegurados.**

Revelando depois o que se passa em matéria de publicidade, o incumprimento das disposições legais que garantem os direitos dos trabalhadores da empresa e das suas organizações representativas e a actual situação económica e financeira da RDP, Jorge Lemos aduziu:

Se tudo isto se passa no sector público não é menos preocupante o que se vem registando em relação ao exercício de actividades de radiodifusão por entidades privadas.

Ressalvando o caso conhecido da Rádio Renascença, está por assegurar a divulgação da propriedade e dos meios de financiamento de certas estações emissoras, pesando mesmo dúvidas nalguns casos sobre a legalidade das condições e moldes em que o respectivo funcionamento actualmente se processa. Continuam por esclarecer as exactas responsabilidades governamentais na evolução verificada no sector, designadamente os aumentos de potência dos centros emissores e os alargamentos das redes. De igual modo se encontra por garantir a possibilidade de exercício dos direitos dos partidos políticos, das organizações sindicais e profissionais e dos próprios cidadãos perante as actuais estações emissores. Finalmente, ignoram-se totalmente os resultados a que chegaram as comissões que o Governo encarregou de estudar "um programa de distribuição de frequências", sabendo-se, como se sabe, que há entidades que há muito tempo requereram a prestação de tais informações.

Abordando o Projecto de Lei agora apresentado declarou:

Na elaboração do articulado que agora se apresenta procurou-se acolher as principais sugestões e críticas formuladas no decorrer dos debates realizados em 1981, com excepção, obviamente, daqueles que, se aceites, se traduziriam em soluções sem cobertura constitucional ou contrárias às disposições resultantes da revisão da Lei Fundamental.

Igualdade de acesso às frequências

Das que enumerou, salientamos apenas algumas por manifesta falta de espaço: **A radiodifusão surge definida como serviço público. Tal solução decorre da Constituição e representa uma importante garantia institucional da liberdade de informação e do pluralismo.**

O projecto de lei dá o devido relevo ao sector público da radiodifusão e prevê que o exercício das actividades de radiodifusão por parte de empresas não pertencentes ao sector público se efectue mediante licenças, em termos a definir por lei da Assembleia da República.

Visando delimitar o quadro em que deve processar-se a futura definição do regime de licenciamento e a programação da distribuição de frequências, o projecto consagra desde já os princípios da não discriminação e da igualdade de acesso, determinando que futura lei especial deverá assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Ajudar o ensino

São estabelecidos, por outro lado, os fins da radiodifusão, sendo de realçar o manifesto subaproveitamento a que tem estado sujeita para efeitos de educação, estando por concretizar projectos de há muito anunciados de ensino à distância e educação permanente através da rádio.

Quanto à fiscalização das actividades de radiodifusão, ela surge, nos termos constitucionais, distribuída por vários órgãos: a Assembleia da República, o Governo (em condições cuja delimitação rigorosa dependerá de lei especial), os tribunais, o Conselho de Comunicação Social e o Conselho de Imprensa.

Divulgação da música portuguesa

Especial atenção foi dedicada à garantia da liberdade de expressão e informação, princípio que vale obviamente para todas as estações emissores. Preveem-se igualmente disposições tendentes à defesa da Língua Portuguesa e à produção de programas nacionais, bem como à divulgação de música de autores portugueses ou em Língua Portuguesa, domínio em que existe já legislação específica.

Moralizar a publicidade

As disposições relativas à publicidade na radiodifusão visam pôr termo à situação de indefinição e de lei da selva actualmente existente. Definem-se tempos máximos de publicidade por horas de emissão e por canal exigindo-se que seja sempre assinalada através de indicativo inequívoco e estabeleça que na empresa pública de radiodifusão não será transmitida publicidade em dois canais diferenciados de cobertura nacional, como unanimemente recomendou o Conselho de Informação para a RDP.

Direitos dos jornalistas

No que se refere à informação, procurou-se adequar à

realidade específica da radiodifusão as normas constantes da lei de Imprensa e demais disposições legais que protegem os direitos dos jornalistas, hoje consagrados na Constituição.

Não poderiam ser excessivamente minuciosas as normas relativas aos princípios de organização das empresas de radiodifusão. O quadro legal a aprovar destina-se tanto à RDP, Empresa Pública, como a empresas não pretendentes ao sector público pelo que o Projecto de circunscrever à delimitação das competências das direcções de programas e, aspecto inovador embora com paralelo em outros sectores, reconhece-se aos trabalhadores da empresa pública o direito de recusa de por algum modo participar em trabalhos que atentem contra a sua consciência profissional, ética ou religiosa.

Direito de antena

Consagra-se o direito de antena para os partidos políticos e organizações sindicais e profissionais, bem como o direito dos cidadãos de resposta através da rádio. Na fixação dos tempos teve-se em conta a especificidade do meio radiodifusivo. O regime

de direito de resposta é objecto de aperfeiçoamentos tendentes a conceder meios de apoio técnicos e garantias acrescidas aos cidadãos, designadamente em caso de recusa de respostas. Aproveitou-se, a experiência de aplicação de normativo similar constante da Lei de Televisão, não se deixando o acesso aos Tribunais dependentes na prática do cumprimento ou incumprimento pelos conselhos competentes dos deveres que a lei lhes atribui como instância de primeiro recurso.

É estatuído nos termos que hoje decorrem da Constituição o direito de antena e o direito de réplica política dos partidos de oposição, com vista a que lhes seja devidamente atribuído em todas as empresas de radiodifusão, tempo de emissão idêntico ao que seja concedido ao Governo. Distingue-se como determina a Lei Fundamental, entre o direito de antena propriamente dito e os tempos de emissão a título de réplica, cuja realização só terá fundamentos face a concretas declarações políticas do Governo, cuja noção se precisa, estabelecendo-se critérios para o roteio de tempo.

Avaliação de audiência

De igual modo se procurou garantir a instituição de instrumentos objectivos de avaliação dos níveis de audiência das estações de radiodifusão que permitam tornar transparentes as dimensões e repercussões da sua actividade, pondo fim à manipulação de habituais sondagens.

Museu da Rádio

São criados o Museu Nacional da Rádio e a Fonoteca Nacional com o objectivo de conservar os registos sonoros de interesse nacional. A situação existente neste domínio tem vindo a constituir um atentado contra o património nacional do Povo português e exige medidas prontas e eficazes de modo a preservar registos essenciais à elaboração da história recente do Povo português como parte de um património de interesse universal. O interesse que os profissionais da rádio têm manifestado em relação a este problema faz supor que será possível congregar esforços rapidamente, inventariar, recolher e tornar acessíveis importantes peças hoje dispersas.

Para a «AD» os emigrantes servem para enviar divisas — tudo o resto é problemas deles

Agora que os emigrantes regressaram às suas segundas pátrias depois de terminadas as férias natalícias para regressarem com mais força no período de Verão, algo ficou, como tem ficado sempre desde que a «AD» é Governo. E ficaria esquecido se não fora a intervenção do deputado comunista Custódio Gingão que no plenário da Assembleia da República chamou a atenção para o que se passa.

Referiu em detalhe este deputado o aprovado decreto-lei n.º 373/80, que criou o Conselho das Comunidades. E denunciou: Para a «AD» não se tratava de dar resposta às solicitações e problemas dos emigrantes mas sim de criar um órgão através do qual pudesse tentar manipulá-los e impor-lhes a sua política. Para tal não hesitou em instrumentalizar o Congresso das Comunidades.

Ao aperceber-se de que jamais seriam capazes de controlar o Conselho das Comunidades, o Governo da «AD» deixa-o cair no esquecimento e resolve violar um Decreto-Lei por ele elaborado recusando-se a dar cumprimento ao estipulado que obriga a que o Conselho reúna ordinariamente uma vez por ano.

Esta atitude veio pôr a nu o desrespeito que o Governo ora demitido tem pelos emigrantes.

Isto para já não falar da recusa do Governo de cumprir a lei que criou as Comissões Consulares de Emigrantes, resultante de um projecto de lei do PCP aprovado por unanimidade na Assembleia da República.

Não só não regulamentou como era seu dever, como o manteve guardado na gaveta, sem qualquer aplicação.

Ilegalidade e incompetência de Vitorino

O Decreto-Lei n.º 373/80 determina no seu artigo 6.º n.º 1 que o Conselho reúne ordinariamente uma vez por ano, a convocatória do seu presidente. No entanto, já passaram dois anos sobre a data da realização da primeira e o presidente que é o demitido secre-

veramental a Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração, na reunião de 22 de Dezembro último, resolveu por unanimidade enviar uma recomendação ao Governo através do MNE, para que o mesmo marque a reunião do Conselho das Comunidades, no mais curto espaço de tempo possível, para evitar males maiores às Comunidades Portuguesas.

Despreocupação pelos problemas além fronteiras

Por outro lado continuam sem resposta os problemas reais que os nossos compatriotas enfrentam além fronteiras.

O Governo da «AD», agora demitido, sempre virou as costas à alarmante situação que tem vindo a ser vivida pelos nossos emigrantes na RFA, na Suíça e na Holanda, que correm graves riscos de expulsão por não conseguirem encontrar emprego.

Também nada foi feito para criar condições e postos de trabalho no nosso País que permitisse o regresso dos nossos emigrantes.

Cada um que vem passar férias a Portugal encontra, ano após ano, esta triste realidade: um País adiado, centenas de milhares de desempregados. Casos há em que os emigrantes encontram a sua aldeia mais pobre do que quando partiram, um País altamente indviduado, onde os emigrantes não encontram condições para investir o que a custo conseguiram amealhar no estrangeiro.

A política de desprezo que esta «AD» tem manifestado pelos emigrantes é inadmissível e não pode continuar. Os emigrantes reclamam a actualização empenhada e enérgica dos governantes portugueses junto dos países de emigração, pondo fim à situação de abandono a que têm sido votados.

Emigrar e regressar ainda pior

É o que se passa com os jovens que vão trabalhar para

Salário mínimo: a «AD» esqueceu-se o PCP não

Embora demitido, o Governo aumenta os combustíveis, aumenta o gás e a electricidade, vai aumentar as taxas de juro, o tabaco — o que não aumenta este Governo demitido!

Só não aumentou, apesar das promessas eleitoralistas, o salário mínimo nacional. Mas o assunto não ficou esquecido como pretendia o Governo demitido.

No passado dia 7 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei propondo o aumento do salário mínimo nacional, com efeitos a partir de Outubro último e no quantitativo proposto pelas organizações representativas dos trabalhadores e que é de 13500\$00. Propôs igualmente que o salário dos trabalhadores do serviço doméstico passe para 9100\$00 e dos trabalhadores do sector agrícola, pecuária e silvicultura passe para 11400\$00.

Há 15 meses, ou seja desde Outubro de 1981, que centenas de milhares de trabalhadores destes

sectores específicos não vêm actualizados os seus salários enquanto que aumentos dos bens essenciais sobem em flecha.

Basta recordar que os aumentos de preços nos 15 meses de vigência dos actuais quantitativos do salário mínimo nacional sofreram um aumento de 30 por cento. Os bens alimentares aumentaram mais de 34 por cento e, ultimamente, verificaram-se novos aumentos extremamente graves para as classes trabalhadoras mais desfavorecidas.

No projecto de lei apre-

sentado pelo PCP prevê-se também a revogação do artigo 7.º do actual diploma que regula o salário mínimo, tendo em vista eliminar, de imediato, uma escandalosa isenção que permitia que empresas com centenas de trabalhadores não cumprissem o novo salário mínimo nacional.

Se os preços de certos produtos essenciais aumentam por ano uma e mais vezes ao menos que o salário mínimo registre uma melhoria que não seja de 15 em 15 meses ou num prazo mais dilatado como pretendia a «AD».



a Suíça na indústria hoteleira. Estes jovens que não conseguem arranjar emprego em Portugal recorrem à emigração. Desprovidos de qualquer apoio governamental, são contratados por uma empresa estrangeira com sede em Madrid que ganha 450 francos por contrato.

Chegados à Suíça têm só então, oportunidade de ver que foram enganados sem que para isso tenham sido alertados pelas autoridades portuguesas:

O salário é muito inferior àquele que normalmente se paga no sector, têm de trabalhar mais horas do que aquelas que estão estabelecidas no contrato e até na lei suíça, e tanto podem trabalhar de dia como de noite, sem por isso terem qualquer subsídio acrescido.

Estes contratos, têm a duração de um ano, não tendo os jovens mais hipóteses de o renovar ou mesmo arranjar emprego noutro sector, na medida que a polícia os põe fora do País.

Estes jovens são pois obrigados a regressar a Portugal, e aqui vêm encontrar o mesmo drama de quando partiram, não encontram emprego mesmo no ramo em que se foram formar na Suíça.

E os transportes de regresso?

No caso concreto do ensino e cultura portuguesa o Governo da «AD» limitou-se a agravar as dificuldades e carências sentidas tendo neste último ano o Governo estado muito mais interessado em criar problemas aos professores e animadores culturais e linguísticos, do que em resolver o problema da educação dos filhos dos nossos emigrantes.

Quanto aos transportes a «AD» fez um grande alarido de que este ano tudo seria melhor, os factos porém vieram demonstrar o contrário. Este ano foi a anarquia total, houve comboios que foram e vieram vazios e outros houve que vieram superlotados, como de costume nas épocas chamadas de ponta. Mais uma vez os emigrantes foram obrigados a fazer uma viagem sem o mínimo conforto.

Foram muitos milhares os emigrantes que, para matar saudades da sua terra, e dos seus familiares, tiveram de sujeitar-se a viajar em comboios sem espaço, sem água, sem casas de banho e sem aquecimento, num Inverno rigoroso como este que estamos a atravessar, muitas foram as pessoas que chegaram a Portugal doentes, em particular as crianças, que são as que mais difi-

culdades têm de resistir a este tipo de viagens.

Cantigas à Vitorino

Ao aperceber-se de que não tinha resolvido nenhum dos graves problemas dos emigrantes, o demitido secretário de Estado Vitorino tentou tapar esses grandes buracos com duas ideias bizarras:

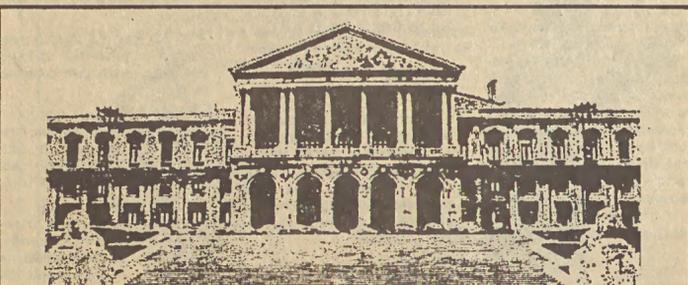
Em primeiro lugar tentou impingir aos emigrantes alguns artistas da sua simpatia e amizade pessoal.

Em segundo lugar não hesitou em preparar toda uma montagem na rádio e na televisão, aproveitando-se da data festiva do Natal e Ano Novo, para fazer crer aos emigrantes e seus familiares que o Governo funcionou e tinha os emigrantes em alta consideração.

E então aproveitou-se da tão falada «onda verde» pondo a rádio a falar a todo o momento, sobre o apoio que a Secretaria de Estado estava a prestar aos emigrantes nas fronteiras.

Mas também esta operação propagandística falhou, já que foram enviados funcionários, que não conseguiram responder às solicitações dos emigrantes.

O mais grave é que se sabia à partida que esta operação era um fracasso e que custou ao País alguns milhares de contos.



Mais noticiário de Assembleia da República na pág. 7.

PCP

COMICIO PCP

PAV. dos DESPORTOS
DIA 14 - SEXTA-FEIRA - 21.30 H.

ÁLVARO CUNHAL
Secretário-geral do PCP

**BASTA DE "AD"!
ELEIÇÕES!**

Esta noite no Pavilhão dos Desportos Comício do PCP com Álvaro Cunhal

A grave crise a que a AD levou o País continua sem solução.

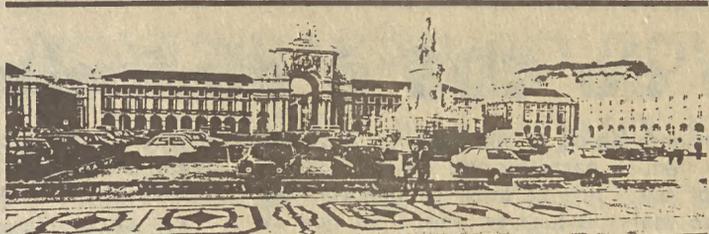
O arrastamento desta situação, sem medidas, tem lesado substancialmente os interesses populares e tem agravado a situação económica e social.

O governo demitido continua a legislar impunemente, extravasando as suas competências actuais. Os aumentos recentemente decididos são a continuação de uma política anti-popular, que já foi derrotada no passado dia 12 de Dezembro pelo voto popular.

A AD perdeu a legitimidade para governar. Não tem soluções para a crise que ela própria criou. Portugal precisa de uma nova política e de um novo Governo.

A dissolução da Assembleia da República, a nomeação de um governo de gestão e a realização de eleições antecipadas são medidas constitucionais, que no quadro democrático constituem a única saída para a crise.

Estas e outras questões serão abordadas no comício promovido pela DORL do PCP, hoje, sexta-feira, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, onde usará da palavra, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.



Plenário do Comité Local de Lisboa

O plenário do Comité Local de Lisboa do Partido Comunista Português, na sua reunião de 8 de Janeiro, debateu, entre outros assuntos, a situação política e social, os resultados das últimas eleições e as perspectivas de trabalho daí decorrentes, bem como medidas de direcção e reforço do trabalho do Partido em Lisboa.

Numa análise à situação social das principais empresas, verifica-se que em cerca de 40 delas a situação se caracteriza:

- Pela degradação da situação económica e financeira num conjunto grande de empresas;

- Pela continuação da acção repressiva do patronato, incidindo fundamentalmente sobre os trabalhadores mais destacados na luta (membros de Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais);

- Bem como pelo corte de regalias e direitos, ameaças de despedimentos, proliferação de contratos a prazo, falta de pagamentos dos vencimentos, etc...

A par da continuação da ofensiva patronal, verifica-se

uma disposição crescente de luta caracterizada por um conjunto de acções já marcadas em torno dos contratos colectivos de trabalho, de cadernos reivindicativos e pela reintegração de trabalhadores suspensos, entre outros.

De registar também, desde já, a vitória de listas unitárias nas eleições para as Comissões de Trabalhadores que têm lugar nos primeiros meses do ano.

Os resultados das eleições de 12 de Dezembro, traduziram-se numa pesada derrota da AD e uma importante vitória da APU na cidade de Lisboa.

A perda de maioria absoluta da AD na CML cria condições e perspectivas para pôr cobro à desastrosa e incompetente gestão anterior.

Guimarães

Comissão Concelhia do PCP toma posição sobre aumentos das tarifas dos transportes urbanos

A coberto dos novos e brutais aumentos de preços decididos pelo demitido Governo AD, a empresa «Transurbanos» acaba de impor, aos vimaranenses um escandaloso aumento das tarifas dos transportes urbanos, de facto muito superior aos 30 por cento que declaram. No bilhete simples até 2 zonas o aumento é de 50 por cento e no de 3 zonas é de cerca de 35 por cento.

É preciso não deixar passar este escandaloso e ilegítimo aumento.

Este aumento baseia-se numa decisão unilateral da empresa concessionária, que nem sequer esperou pelo «competente parecer de aprovação» que ela própria há escassos dias solicitou à Câmara, pelos vistos já sem a intenção de o respeitar.

Este aumento, tal como os anteriores, nem sequer terá a contrapartida dum real melhoria na qualidade dos transportes urbanos, já degradados a um nível inaceitável por esta concessão.

A Comissão Concelhia de Guimarães do PCP apela a todos os vimaranenses,

e às suas organizações representativas, para que se mobilizem e protestem activamente contra este aumento e pela sua anulação.

É preciso acabar com a actuação prepotente da concessionária.

Apesar da situação anormal em que vive a Câmara de Guimarães pela não tomada de posse do novo Executivo, tal não deve ser impedimento para que os vereadores em funções assumam uma posição firme na defesa dos interesses de Guimarães. Seria lamentável que se repetisse o «lavar de mãos» que caracterizou o comportamento dos vereadores da AD e do PS face a anteriores aumentos.

A Comissão Concelhia de Guimarães do PCP reclama aos vereadores em funções que tomem todas as medidas ao alcance da Câmara para combater firmemente esta decisão arbitrária dos «transurbanos» e para que a mesma seja corrigida.

É preciso outra solução para os transportes urbanos.

Guimarães não pode continuar à mercê da

O reforço das posições da APU, de que é exemplo, a obtenção da maioria em 9 freguesias (correspondentes a cerca de 30% da área da cidade e a mais de 100 000 eleitores) são expressão da importante posição que a APU detém em Lisboa.

A incidência negativa do arrastamento da crise, traduzida recentemente por um conjunto de medidas, gravosas para a população da cidade, tomadas por um governo ilegítimo há muito demitido: (aumento dos transportes: passes sociais, bilhetes, táxis; aumento de combustíveis: gás, gasolina, gasóleo, etc; e aumento dos telefones, entre outros) evidenciam a urgência das medidas que o PCP há muito vem reclamando:

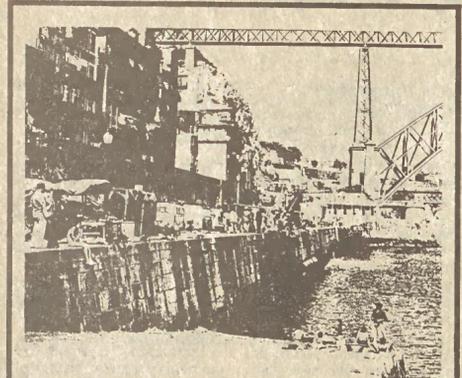
- Dissolução da Assembleia da República;
- nomeação dum governo de gestão democrático;
- realização de eleições antecipadas no prazo máximo de 90 dias.

PME's de Lisboa Plenário distrital no domingo

Realiza-se no próximo domingo, dia 16, um plenário distrital de pequenos e médios comerciantes e industriais, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Na ordem de trabalhos, «a situação do pequeno comércio e pequena indústria — perspectivas futuras», «os arrendamentos comerciais» e a «discussão da situação política».

O plenário está marcado para as 10 horas.



Reunião regional de quadros no Porto

Realizou-se no passado sábado, no Porto, uma reunião regional de quadros comunistas.

Na reunião, em que participaram muitas centenas de camaradas, procedeu-se à análise política e consideraram-se as tarefas daí decorrentes para a actividade do Partido no distrito do Porto.

O camarada Ângelo Velloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, fez uma exposição inicial da situação política e encerrou a reunião.

Camaradas falecidos

Manuel da Graça

Após prolongada doença, faleceu na segunda-feira o camarada Manuel da Graça, de 87 anos, natural de Setúbal.

Operário conservador de profissão, o camarada desaparecido era militante do Partido desde 1927. Na intensa actividade desenvolvida como comunista conta-se a participação no Comité de Setúbal para a greve de 18 de Janeiro de 1934, na campanha de Norton de Matos e 10 anos de prisão no Campo de Concentração do Tarrafal.

contava 52 anos. A dedicada militante pertencia à Comissão de Freguesia do PCP de S. Pedro, no Funchal e era membro do Partido desde 1976.

Domingos António Lopes

Com 78 anos, faleceu no passado dia 30 de Dezembro, no Barreiro, o camarada Domingos António Lopes. Militante do Partido de longa data, encontrava-se actualmente na situação de reformado da Quimigal, ex-CUF.

Celina de Abreu

No passado dia 3, morreu a camarada Celina de Abreu que

As famílias entuladas, a reacção do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Juventude

A JCP e a situação política

Várias organizações da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) têm tomado posição, através de comunicados, notas de imprensa e outros documentos, sobre a situação política actual e os seus efeitos na vida da juventude.

O organismo da zona centro do distrito de Santarém da JCP referia no passado dia 9:

«Face aos resultados das últimas eleições o governo da AD sofreu uma estrondosa derrota e daí a razão da sua demissão.

«A AD não é a solução para resolver os problemas do Povo português, antes pelo contrário os agravaria.

«Victor Crespo, já mostrou o que era aquando da sua passagem pelo Ministério da Educação. A juventude não está disposta a vê-lo em primeiro-ministro.

«A única solução é a formação de um Governo de gestão, dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições gerais antecipadas.»

Por seu turno, o Executivo da Direcção Regional do Porto

da JCP afirmava em nota publicada no dia 7:

«A AD, depois de muitos e grandes desastres assesta agora mais um sério golpe na degradação das condições de vida da população.

«Os brutais aumentos do demitido (e sem competência legal) Governo AD é disso prova, ao fazer subir brutalmente os preços dos combustíveis, da electricidade e dos transportes, para não falar do chamado «cabaz das compras».

«É escandaloso que um Governo demitido e sem legitimidade exceda largamente as suas competências actuais, persistindo numa política ferozmente antipopular.

«O Governo. falhado e mentiroso da AD caiu e as manobras em curso para a formação de outro governo da AD não podem nem devem ser toleradas, nem pelas instituições democráticas nem pelo Povo português.»

Em nota divulgada no passado dia 11, a Direcção da Organização Distrital de Lisboa da JCP comentava:

«Para uma política completamente fracassada, a AD não

conseguiu arranjar melhor que um homem como Vítor Crespo que foi contestado por todas, incluindo as organizações juvenis da AD.

«Os jovens não esquecem facilmente, que este homem criou o 12.º Ano, autêntica máquina de chumbos e foi o responsável pelos ataques à Autonomia Universitária.

«A DODL considerou que os aumentos dos transportes, entre outros, vieram agravar ainda mais as condições de vida dos jovens e provam que a continuação dos governos AD seria o prosseguimento da política de fome e miséria para a juventude.

«O desemprego, a utilização abusiva dos contratos a prazo, a repressão patronal, a falta de habitação, o não cumprimento do Estatuto dos Trabalhadores Estudantes, são uma prática de 3 anos de Governo AD.

«A DODL da JCP apela à participação dos jovens em todas as acções que se venham a realizar, exigindo que a AD seja afastada de vez do poder e se realizem eleições gerais antecipadas.»

Foram entregues os dois primeiros brindes da campanha «Eleições 82»

• Contempladas uma funcionária da JAE
e uma professora



Uma funcionária da Junta Autónoma de Estradas - JAE e uma professora da Academia de Santa Ceclília foram as contempladas com os dois primeiros «brindes» do sorteio realizado no âmbito da campanha «Eleições 82», iniciativa da Direcção Regional de Lisboa do PCP que ocorreu durante o período eleitoral para as autárquicas.

Como noticiámos na altura, o sorteio das rifas efectuou-se no convívio de passagem de ano organizado pelo Comité Local de Lisboa do Partido, no pavilhão do Clube Atlético de Campo d'Ourique.

Foram, então, apurados os seguintes números:

- 1.º prémio - 201302 (um automóvel)
- 2.º prémio - 138104 (uma motorizada)
- 3.º prémio - 53439 (um televisor a cores).

A entrega dos valiosos prémios (à excepção do terceiro, a hora que o contemplado, à vez em que fechamos esta edição do «Avante!», não tinha ainda

do Partido, fez questão de salientar «a seriedade e a forma honesta como decorreu todo o processo de divulgação das rifas, a realização do sorteio e consequente entrega dos prémios».

«O carro vai para o Comité Central... não tenha ilusões!»

«No meu emprego», disse-nos Clara Onório, que estava acompanhada do filho e do cunhado, «quando se soube do resultado do sorteio, houve quem me dissesse que eu não ia ter direito ao automóvel. Que isto era um truque... Que estes prémios saem sempre ao Comité Central. Enfim, tudo desparates em que eu não acreditei, como é óbvio.»



Clara Onório: «quando comprei estas rifas nem sequer pensei nos prémios. Olhe... comprei por comprar»

aparecido) decorreu anteriormente, quarta-feira, ao meio-dia, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade.

O automóvel foi entregue a Clara Onório, de 60 anos, residente em Lisboa, funcionária da JAE, que declarou à nossa reportagem:

«No local onde trabalho, e por intermédio de pessoas da organização do PCP da Amadora, comprei três rifas: uma para mim, outra para o meu filho e outra para o meu cunhado. A minha acabou por ser a premiada.»

«Quando comprei estas rifas nem sequer pensei nos prémios. Olhe... comprei por comprar.»

Durante a breve conversa com o jornalista, Clara Onório, que não é militante

Na breve «cerimónia» de entrega das chaves do veículo, foram dadas todas as explicações necessárias e toda a documentação devidamente regularizada.

Planos para a utilização do automóvel... A pergunta inevitável, que teve a seguinte resposta:

«Não pensamos vendê-lo. Eu não tenho carta de condução. Mas o meu filho tem. Por isso...» Aquí, um sorriso. E depois, a entrada para o novo carro. Com o filho ao volante. Da Avenida da Liberdade, até ao primeiro passeio. Boa sorte.

«Uma bela moto para um óptimo estudante»

A «verdadeira proprietária» da moto, referente ao

segundo prémio, não estava presente. Trata-se de Maria Silva, residente em S. Domingos de Benfica, professora na Academia de Santa Ceclília, em Lisboa.

Mas o prémio foi entregue na mesma. E, ao fim e ao cabo, à pessoa indicada: José Eduardo Silva, estudante, filho da contemplada, que vai mesmo utilizar a bela motorizada, vermelha e preta, que só de ver dá encanto, acreditem.

O Zé Eduardo tem 19 anos e é um óptimo estudante. Merece, sem dúvida, esta oferta de sua mãe.

Está no 2.º ano da Faculdade de Medicina. Para chegar a este curso superior, teve de enfrentar o 12.º ano, onde obteve uma média geral de aproveitamento superior a 17 valores... É obra!

Até agora, o Zé Eduardo utilizava («só de vez em quando») o carrão do pai. «Esta moto vem mesmo a calhar. Tenho que arranjar garagem...», disse-nos.

A professora Maria Silva, que não é militante do Partido, comprou duas rifas. Uma delas «tinha» a moto que agora foi entregue.

A semelhança do que já nos havia afirmado Clara Onório, o jovem Eduardo salientou que não vai deixar escapar os próximos sorteios a realizar pela APU ou pelo PCP.

Na entrega do automóvel e da moto estiveram presentes os camaradas Francisco Rocha e António Cordeiro, em representação da Direcção Regional de Lisboa do PCP, que, na ocasião, deram todas as informações e esclarecimentos necessários.

O televisor foi para a FP

Como já referimos, a hora em que fechámos esta edição ainda não tinha aparecido o feliz contemplado com o terceiro brinde da campanha «Eleições 82», ou seja o amigo (ou amiga) que comprou a rifa com o número 53439.

«Ninguém quer levar o Proença e companhia para casa», comentava, a propósito, um dos camaradas do CT Vitória.

Pode, entretanto, adiantar-se que a rifa premiada com o televisor foi vendida pelo sector da Função Pública.

O feliz contemplado deve contactar o CT da Soeiro Pereira Gomes.



A «verdadeira proprietária» da moto não esteve presente. Trata-se de Maria Silva, professora, em Lisboa. Mas o valioso brinde foi entregue na mesma e, ao fim ao cabo, à pessoa indicada: Zé Eduardo Silva, filho da contemplada

Poder local

À Cadeia Hilton, com veneração...

A 'AD' diz adeus à sua maioria em Lisboa com mais uma vergonha

Da «AD» espera-se sempre que tenha uma golpaca antidemocrática na manga. Assim foi na última reunião da antiga vereação da Câmara de Lisboa: servindo-se abusivamente da maioria absoluta já perdida, Abecasis concede à cadeia de hotéis Hilton o direito de superfície por 99 anos de terrenos sobranceiros ao Parque Eduardo VII. Discursando no acto de posse da nova vereação, disfarça sob um palavreado «pluralista» este e outros atentados contra o povo de Lisboa e a democracia — os que cometeu e os que prepara —, e o facto essencial que é a vitória do conjunto das forças democráticas na Câmara de Lisboa nas eleições de Dezembro, o crescimento da APU, a derrota da Aliança reaccionária. Ao invés do «absolutismo» que usou, de que abusou e muito se ufanou, a «AD» vê-se agora obrigada a inverter para a busca de «consensos». Consensos, sim — diz a APU — sempre que sirvam os interesses da cidade e da sua população.

Um Abecasis prudente e contido (aquelas gaitadas de saltar fitinhas inaugurativas nos tempos da campanha pela maioria absoluta, «sem a qual não serei presidente», são euforias do passado...) acabou ainda assim por ser o mais citado dos personagens que discursaram no acto de posse da Câmara Municipal de Lisboa eleita em 12 de Dezembro. Sempre é o sr. presidente... teorizando acerca de maiorias (absoluta, que tinha, e relativa,

a que agora tem que sujeitar-se), considerou-as «as duas faces do exercício da democracia pluralista» e alargou-se (quer no acto de posse, quer nomeadamente em entrevista concedida à RDP) na afirmação de intenções e em concomitantes apelos a «consensos — indispensáveis e necessários para viabilizar (...) projectos que despertaram a esperança nos que a tinham perdido», «que dignificarão» a cidade. Uma alocução com o seu quê

de comovente, a que não faltou, no final, a invocação da protecção divina.

É claro que Abecasis nunca falou na derrota que efectivamente é, para os seus projectos atentatórios dos direitos e necessidades desta cidade e do povo de Lisboa, a eleição da nova vereação municipal. De um total de 17 vereadores, a «AD» elegeu sete. A APU e o PS obtiveram, cada um, cinco mandatos. APU e PS são pois a maioria — se o PS, tal como consta do comunicado do seu Encontro Nacional de Autarcas do passado domingo, mantiver «uma estratégia autónoma face às demais forças partidárias» (negando-se, assim, ao que por aí consta acerca de acordos com a «AD» em Lisboa) e nortear a sua acção nos órgãos executivos e deliberativos das autarquias «por exclusivos critérios de defesa dos interesses locais» — o que, como se sabe, é coincidentemente o critério de sempre da APU.

Na rigorosa observação deste critério, para a APU todos os consensos são evidentemente possíveis. Eis o comentário de Alfredo Moura que é com Silva Graça, Rui Godinho, Anselmo Anibal e Fernando Torres um

dos cinco vereadores da APU eleitos:

— O desejo manifestado pelo presidente da Câmara corresponde às nossas ideias e à prática comprovada da APU, mas resta saber o real empenhamento e a expressão prática desse consenso. Isto é: estamos interessados e abertos ao consenso em questões de interesse real para a cidade e para a população. Assim, para que o consenso se estabeleça é obviamente necessário que os projectos controversos e polémicos sejam postos de parte.

Não podia ser mais oportuno o alinhamento destas duas posições em relação à gestão autárquica — por um lado, o «discurso» aparentemente bem intencionado da «AD», por outro a reafirmação dos princípios e da prática política da APU —, a confrontar com a realidade mais recente. E dir-se-á, com toda a propriedade, que Abecasis não passa como sempre de um lobo com falas de cordeiro, patrocinador de sórdidos negócios que nada têm a ver com os interesses da população de Lisboa, decididos à revelia ou contra a opinião expressa dos eleitos das forças políticas democráticas.

Ai está pois, para desfazer qualquer equívoco ou ilusão, um último escândalo da maioria absoluta «AD» na Câmara de Lisboa, que a APU denuncia e que se espera o PS igualmente não deixe passar.

re-se...) que Abecasis cede por simbólica luta e meia o terreno para um hotel e também para um centro comercial, com a contrapartida de que ela fará para nós, Lisboa, um «Palácio dos Congressos» que ninguém faz a mínima ideia do que seja...

Silva Graça, vereador reeleito da APU, que foi testemunha de mais este acto de «dignificação da cidade», como Abecasis gosta de dizer, comentou para o «Avante!» os aspectos mais escandalosos desta operação:

— Em primeiro lugar é preciso acentuar que tudo isto se passa depois de concluída a Acta de Apuramento Geral e publicados os resultados oficiais das eleições em Lisboa. Estamos na última sessão da Câmara e está já decorrentemente marcada a posse da nova Câmara, eleita há mais de um mês.

É pois, no mínimo, imoral. É, por outro lado, ilegal: por exemplo, na votação lá participou de novo Clotilde Guedes da Silva, a sra. vereadora da «AD» que há muito perdeu o mandato... É ilegítimo. É impugável. A decisão ainda terá que passar pela Assembleia Municipal, onde a «AD» mantém maioria absoluta, para aprovação. Mas a APU vai chamar a decisão de novo à reunião da Câmara Municipal: só a nova Câmara pode ter legitimidade para resolver sobre uma questão de tal gravidade.

Porque — e isto é que é o essencial — este é mais um projecto monstruoso que serve algumas das aberrações que a «AD» tem perseguido em Lisboa. O que se está de novo é a «mexer» no cimo do Parque: era a Catedral; agora já é um Hilton, um centro comercial, um «Palácio dos Congressos» (?).

E é interessante que, tanto quanto se sabe, tudo isto se edificará «lateralmente» ao sonhado (já nos tempos do fascismo) prolongamento do Parque Eduardo VII até à José Malhoa — esse catálogo de «empreendimentos» que corresponde a outros tantos obscuros negócios.

Erguidos estes quatro grandes centros, seria o caos do ponto de vista de acessos e trânsito. Que remédio, então, senão continuar a Avenida através do Parque e prolongá-la por aí fora!

A maioria absoluta «AD» quis despedir-se em beleza... É uma face da (sua) democracia pluralista — para a qual, é evidente, jamais será possível obter o consenso da APU. Espere a APU, e esperem todos os democratas, que a bem da democracia pluralista não obtenha também do PS.

Nacional



Em corrida contra o tempo

Governo prossegue ataques contra a Reforma Agrária

Mesmo depois de demitido o Governo «AD» pela mão do MACP prossegue a sua sanha destruidora contra a Reforma Agrária, designadamente através dos leilões de terras e dos processos de execução fiscal.

Esta escandalosa e ilegal conduta, desenvolvida nos últimos dias a um ritmo frenético (uma média de dois concursos por dia), só encontra explicação na pressa que o Governo tem — no tempo disponível que lhe resta — em destruir por completo a Reforma Agrária e reconstituir o latifúndio.

Conforme refere um comunicado do Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora, técnicos e serviços do MACP em ligação estreita e organizada com os grandes agrários têm percorrido as «aldeias» em busca de candidatos para as terras das unidades colectivas, sendo frequente ouvir-se nos gabinetes da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo (DRAA) afirmações como esta: «escolha a herdade que quiser, desde que seja de uma UCP/Cooperativa.

Fundamentando a sua ac-

sação, o Secretariado refere vários exemplos de filhos de agrários que se apressam como agricultores a concorrer a terras que, a serem-lhes entregues, se iriam juntar às reservas já recebidas pelos pais. São os casos, entre outros, de João Alfredo Barreto de Almeida e António Leonardo Mexia de Almeida, concorrentes às terras da UCP «Toc de Pavia»; os filhos do latifundiário António Leonardo Alves Vieira Mexis de Almeida que já recebeu 696 hectares a título de reserva em terras da mesma UCP e que fazem extrema com as áreas postas agora a concurso; o caso de Júlio e Isabel Sara Bastos, residentes em Madrid, concorrentes às terras da UCP Carvalhas, em Estremoz, unidade de produção que já se viu espoliada de 500 hectares de terras para o agrário Júlio Bandeira Bastos que transportou e orientou grande parte dos 16 concorrentes (falhos agricultores), às terras da UCP.

«Filhos, familiares, funcionários e homens de mão de grandes agrários, empregados de

escritório, negociantes, intermediários, contam-se entre a chusma de interessados nas benesses que o MACP se apressa em distribuir», acentua o Secretariado de Évora, para logo afirmar que «é um escândalo já sem classificação num estado democrático» o que se está a passar nesta matéria. «Reclamações, protestos, recursos para os tribunais, diligências junto dos órgãos de Poder, a nada o MACP atende na sua desenfreada corrida contra a Reforma Agrária» — concluíram os trabalhadores agrícolas.

Depois de declarar que não reconhece qualquer legitimidade de aos concursos e entregas de terras e bens que nesta fase se estão a processar, o Secretariado das UCP's/Cooperativas do distrito de Évora responsabiliza o Governo AD, o MACP e os seus serviços pelo «agravamento que se vê na a verificar na luta dos trabalhadores», reclamando ao mesmo tempo «a imediata suspensão de todos os processos em curso contra a Reforma Agrária».

Eleitos da APU na Covilhã Declaração de Princípios

Os eleitos da APU — Dedicarão a maior atenção e o melhor do seu esforço à resolução dos problemas da população do concelho.

— Defenderão a cooperação entre todos os eleitos interessados na resolução destes problemas.

— Pugnarão pelo funcionamento regular desta Assembleia e dos restantes órgãos autárquicos do concelho.

— Estimularão a participação popular na discussão e na resolução dos problemas locais.

— Apoiarão a criação de Comissões de Moradores e darão todo o apoio às existentes.

— Dedicarão particular atenção à situação do sector têxtil, que afecta milhares de trabalhadores ameaçados de desemprego e seus familiares bem como dezenas de pequenos e médios industriais à beira da falência.

— Apoiarão a luta dos pequenos e médios empresários contra o desmedido aumento das rendas dos estabelecimentos comerciais e industriais.

— Defenderão a aplicação integral da Lei das Finanças Locais daria para o nosso concelho 442 895 contos, ou seja mais de quatro vezes mais!

— Defenderão a descentralização crescente de verbas e de poderes do executivo camarário para as Juntas de Freguesia.

— Apoiarão a criação de novas autarquias (freguesias ou concelhos) quando tal seja o desejo das populações locais e se justifique.

— Defenderão uma regionalização correcta tanto no que respeita à definição de órgãos e seus poderes e atribuições como no que respeita ao aspecto geográfico no sentido da «desinteriorização».

— Defenderão uma correcta política de solos e de urbanização.

— Pugnarão por uma informação regular à população, quer directamente e por meios próprios quer através da imprensa e outros órgãos da comunicação social, sendo de destacar o papel que neste sentido tem sido desempenhado pela imprensa regional e pelos correspondentes locais de órgãos nacionais ou extra-regionais.

— Defenderão a eleição de um novo Conselho Municipal e a sua institucionalização, não obstante tal seja agora facultativo depois da revisão da Constituição.

— Combaterão o analfabetismo e outras formas de subalternação no funcionamento das estruturas autárquicas.

— Combaterão a corrupção e o aproveitamento pessoal pela ocupação de lugares públicos.

— Não aceitarão para benefício próprio as remunerações ou senhas de presença que lhes sejam atribuídas e que superem o salário profissional que auferiam e antes as destinariam ao benefício das populações locais, entregando o seu valor à AECOD (Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas), devidamente legalizada e com estatutos aprovados, a que outros democratas poderão aderir, que administrará a aplicação dessas verbas.

Nota — Os eleitos da APU, que todos os dias se esforçam por dar vida a estes princípios nos órgãos autárquicos, raramente têm oportunidade de os declarar no conjunto, e sobretudo de os divulgar.

Nesta «Declaração», lida por Carlos Pinheiro em nome dos eleitos da APU no final da primeira sessão da Assembleia Municipal da Covilhã eleita em 12 de Dezembro, aparte as referências localizadas à Lei das Finanças Locais e às classes e sectores profissionais que na Covilhã têm maior peso e mais graves problemas, se reconhecerão afinal, de um modo geral, todos os eleitos da APU — naquelas autarquias em que são maioria e nas muitas outras em que por vezes, voz única, um democrata se encontra sózinho a defender as populações que representa, seja qual for o número de votos que lhe foram dados.

Aqui fica, para que conste, o que os eleitos da APU na Covilhã (e, não será abusivo dizer, na generalidade) se propõem fazer — e aquilo que temos todos o direito de lhes exigir... e o dever de apoiar.

Com um Hilton no cimo do Parque vai ser (tão) bom viver em Lisboa...

Na última reunião da «sua» Câmara de maioria absoluta, publicados já os resultados oficiais e marcada a posse da nova vereação, Abecasis fez aprovar a concessão do direito de superfície por 99 anos de um vasto terreno no cimo do Parque Eduardo VII a uma empresa, em francês crismada, que não passa de uma subsidiária da multinacional proprietária da cadeia de hotéis Hilton. Os hotéis Hilton, implantados em quase todas as grandes capitais do mundo chamado ocidental, são locais privilegiados de exploração dos trabalhadores que empregam e de deleite de capitalistas muito endinheirados que transitam pelas suas suítes, restaurantes, bares e boites de luxo.

Para que se faça uma ideia: dormir uma noite num quarto normal e tomar o pequeno almoço no Hilton de Londres, por exemplo, custa hoje, a uma pessoa só, 6130\$000...

É pois a esta instituição de «utilidade pública» (de que sem dúvida não vai haver português que não passe a socor-

Jantar de confraternização dos artistas da campanha

Um jantar de confraternização reuniu no passado dia 2 os artistas, membros e simpatizantes do nosso Partido, que colaboraram nos espectáculos realizados durante a campanha eleitoral da APU no distrito de Lisboa.

O jantar decorreu no Centro Social do Comércio com mais de uma centena de participantes, entre os quais os camaradas Martins Coelho e José Casanova, do Comité Central. José Casanova fez na altura a apreciação do que foi a notável contribuição dos nossos artistas para o êxito da campanha no distrito de Lisboa.

A campanha da APU em concurso de fotos

Uma fotografia sobre a Campanha da APU para as eleições de Dezembro passado poderá levar o seu autor, por alturas do próximo 1.º de Maio e durante 15 dias, à União Soviética.

É o primeiro prémio de um concurso sobre este tema, organizado com a colaboração da CITUS, que oferece a viagem, e da Editorial Caminho e Edições Avante, cujos livros premiarão os 2.º e 3.º classificados.

O concurso é aberto a fotógrafos amadores e profissionais, e cada autor pode apresentar um máximo de três fotografias, a preto e branco e no formato mínimo de 18x24, identificadas no verso com o seu nome e morada, e o título e o local onde foram feitas.

Os trabalhos deverão ser entregues até à próxima quinta-feira, dia 20 de Janeiro, no centro de Trabalho Vitória — Avenida da Liberdade, 170, Lisboa.

Amadora: «Jogos florais» ou uma nova atitude?

O reconhecimento do bom trabalho realizado e respeito e consideração pessoais, foram manifestadas por eleitos da AD e do PS na Assembleia Municipal da Amadora ao respectivo presidente, Vasco Marques, e ao presidente da Câmara Municipal, Orlando de Almeida, ambos da APU, no decorrer de uma reunião daquele órgão autárquico realizada na semana passada.

Tratava-se da última reunião da Assembleia Municipal saída das eleições de 1979, no decorrer da qual, por iniciativa da Mesa, foram distribuídas placas comemorativas e emblemas do Município a todos os autarcas eleitos para a primeira Assembleia Municipal da antiga freguesia de Oeiras promovida a concelho com o 25 de Abril.

Elementos de todas as forças presentes na Assembleia usaram da palavra, nomeadamente membros da AD, muitos dos quais fizeram questão em testemunhar o seu apreço pelo

releito presidente da Câmara — que assistiu à sessão, acompanhado por outros membros da vereação, e pronunciaria breves palavras no final —, assim como pelo presidente da Assembleia Municipal devido à forma «isenta» e «competente» como sempre soubera dirigir os trabalhos. O que, conforme reconheceram diversos oradores, nem sempre foi fácil...

Recordar-se que o mandato que agora terminou foi caracterizado por grandes dificuldades de trabalho, devidas à insistente indisponibilidade quer da AD, quer mesmo do PS, para colaborar com a APU — detentora da maioria, mas não absoluta — na resolução dos inúmeros e graves problemas do concelho. Em alguns casos, pode-se mesmo dizer que essa atitude se traduziu numa verdadeira aliança PS/AD contra a APU, não só na Assembleia Municipal como em Juntas de Freguesia e no próprio executivo camarário.

O tom utilizado nas intervenções da passada semana corresponde a uma real mudança de atitude? Ou não passou tudo de «jogos florais» e quando os novos eleitos entram em funções se vai voltar às «guerras» dos últimos três anos? Irão desta vez prevaler na Amadora, nomeadamente por parte dos representantes de um partido democrático como é o PS, a inteira dedicação e a exclusiva consideração pelos interesses das populações?

Pela sua parte, como foi mais uma vez sublinhado na referida sessão, os eleitos da APU estão inteiramente abertos à colaboração e à cooperação com todos aqueles que queiram efectivamente trabalhar para a resolução dos problemas do concelho.

A população da Amadora, que em Dezembro renovou e reforçou o seu apoio ao PCP e aos seus aliados na APU, bem o merece.

Reformas de fome — acusa o MURPI

Mais de noventa por cento das pensões do regime geral têm neste momento um valor que ronda os 5200\$00, enquanto mais de um milhão de pensões rurais e sociais não ultrapassam respectivamente 3400\$00 e 3300\$00 mensais — adirma o MURPI num comunicado através do qual pretende, mais uma vez, «pôr à consideração dos portugueses as gravíssimas condições de vida — de fome em muitos lares — dos idosos, inválidos e viúvas».

O MURPI acusa os governantes «AD» de desencadearem, desde há dois anos, «um vergonhoso ataque contra a capacidade de vida dos reformados, quer através de aumentos miseráveis das pensões, quer de escandalosos agravamentos do custo de vida e das condições sanitárias». E o MURPI recorda: em 1981, as pensões foram aumentadas 16,6% — mas o custo de vida subiu 25%; em 1982, as pensões foram aumentadas 15% e

19%, mas a alimentação subiu mais de 25%.

Recorda ainda o escândalo do subsídio de Natal: «para caçar cerca de 500\$00 a cada reformado, o governo revogou em 7 de Dezembro o Decreto-Lei 724/74, que manda pagar um subsídio idêntico ao da pensão de Dezembro» — pensão de Dezembro que se viu obrigado a aumentar, não tanto porque a lei a isso obriga mas porque estávamos então a pou-

cos dias das eleições autárquicas...

Se destes governos «AD» nada há a esperar, as reformas, pensionistas e idosos contam, sim — afirmam no seu comunicado —, com a solidariedade na luta por melhores condições de vida dos trabalhadores no activo, que se reconheçam no vasto estrato social dos que, hoje impossibilitados de trabalhar, continuam a ter direito à vida.

Bolsas de estudo na União Soviética

Estão abertas as inscrições para as Bolsas de Estudo na URSS, para cursos superiores ou cursos de pós-graduação. As inscrições encerram em 28 de Fevereiro próximo e são destinadas, exclusivamente, aos sócios da Associação Portuguesa-URSS.

Os candidatos que pretendam recolher mais informações devem dirigir-se aos núcleos da Associação ou à sede nacional da mesma, na Rua de S. Caetano, n.º 30, em Lisboa.

QUANDO O HOMEM DÁ O MELHOR DE SI PRÓPRIO

Sem tréguas

Giovanni Pesce

A história empolgante e comovente da resistência ao ocupante nazi no Norte de Itália. Contada por um resistente da primeira hora — um comunista combatente que evoca também episódios dramáticos da guerra de Espanha.



Um livro de grande riqueza humana, de um profundo e literariamente perfeito.



edições Avante! Coleção «RESISTÊNCIA»

Trabalhadores

4 CGTP-IN

IV Congresso já começou

● Hoje, Plenário Nacional

Decorre hoje a partir das 10 horas na Academia de Santo Amaro em Lisboa a reunião do Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN. Na ordem de trabalhos, que devem prolongar-se por todo o dia, figuram o 4.º Congresso marcado para 11, 12 e 13 de Março próximo, o orçamento da Central e a situação político-sindical no País.

Em forma de anteprojectos foram enviados aos Sindicatos, Uniões e Federações até 11 do corrente os principais documentos a apresentar ao 4.º Congresso da CGTP-IN.

Programas de acção — um deles para 3 anos — e alterações aos estatutos serão debatidos e alterados de acordo com as propostas apresentadas pelos primeiros interessados — os trabalhadores.

Como aconteceu em Congressos anteriores os Sindicatos não filiados poderão participar, este ano em pé de igualdade com as associações sindicais que são parte integrante da Central.

O 4.º Congresso, que no seu regulamento talvez venha a aprovar um novo sistema de votação, funcionará como os anteriores no que respeita à representação dos Sindicatos que é proporcional ao número de trabalhadores filiados.

Desde 20 de Novembro findo a data do Plenário Nacional que a aprovou — tem vindo entretanto a ser

publicada, sobretudo pela imprensa sindical, uma Proclamação sobre o 4.º Congresso da CGTP-IN.

Numa rápida caracterização da «política ruínosa e corrupta da "AD"», essa Proclamação refere que o investimento diminuiu; «baixa ainda mais o ritmo de crescimento económico; as falências de empresas multiplicam-se; aumenta o desemprego; continuam a diminuir os salários reais dos trabalhadores; os reformados vivem cada vez pior; a saúde e os transportes degradam-se; a falta de habitações agrava-se; o endividamento do Estado e do País aumenta vertiginosamente». E aumentará, se a situação política não se alterar.

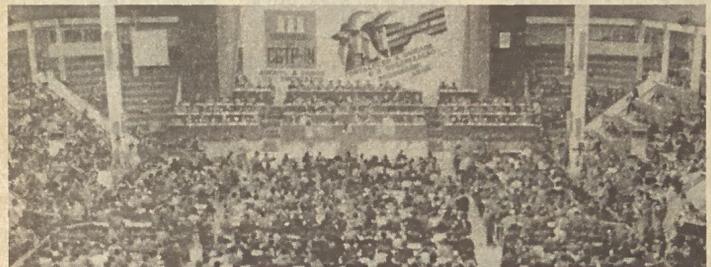
«A continuação da "AD" por mais tempo no Governo significará apenas a miséria, a ruína e o caminhar rapidamente para o desastre nacional», refere ainda a Proclamação que acrescenta:

«É hoje cada vez mais claro que só haverá solução para a crise através do empenhamento e mobiliza-

ção dos trabalhadores e do seu movimento sindical. Nenhuma solução política e democrática o será verdadeiramente, se não tiver esta realidade em conta», sublinha o documento que prossegue:

«O 4.º Congresso da CGTP-IN irá debater e encontrar as linhas de acção de todo o movimento sindical no sentido de se vencer a crise, de melhorar as condições de vida dos portugueses e da defesa e consolidação das conquistas do 25 de Abril».

O Plenário Nacional de 20 de Novembro, que aprovou a Proclamação, refere também que «a CGTP-IN é a organização sindical mais poderosa do País. Com mais de um milhão e meio de trabalhadores filiados, ela é uma organização insubstituível na defesa dos interesses dos trabalhadores, um instrumento indispensável à resolução da crise e na transformação e modernização das estruturas económicas, sociais e culturais do País», nota a Proclamação.



Dívidas e desemprego nos têxteis do Porto e Aveiro

● Grave a situação nos Mellos, especialmente a Cifa

Realizou-se no passado dia 7 uma conferência de imprensa, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis dos Distritos do Porto e Aveiro onde foi feita uma breve análise da situação do sector.

O atraso no pagamento dos salários, o desemprego, a ameaça de encerramento de várias empresas e o agravamento da repressão patronal são alguns dos aspectos que caracterizam a situação no sector têxtil e que foram abordados durante a conferência.

Referidos também pelos dirigentes sindicais, como factores de agravamento da situação económica e financeira de muitas empresas, a dependência da banca em que tradicional-

mente se encontra o sector têxtil em Portugal, a política financeira de restrições e o padrão na concessão de crédito e de elevadas taxas de juro, o antiquado parque de máquinas e a má gestão.

Na conferência de imprensa foram ainda dados alguns números relativamente à situação de atraso no pagamento de salários: só no distrito do Porto, neste momento, o patronato deve aos trabalhadores cerca de 200 mil contos — e foram dados os exemplos da CIFA, Sitenor, Mondex, Francor, Fábrica de Tecidos do Monte dos Burgos, Jacinto, Ematextil.

Também em relação ao desemprego e ameaça de novos despedimentos, os números

são elucidativos: para além do encerramento de várias empresas, durante 82, como a Columbo, no que se refere a trabalhadores contratados a prazo, calcula-se em cerca de 500 os despedimentos realizados na Mondex, Cifa, Uniteca e Jacinto. Simultaneamente pequenas empresas estão a encerrar ou a proceder a despedimentos colectivos como a Belmiro, Moreira Gomes, Abílio da Costa Couto.

Mas não só as pequenas empresas estão ameaçadas de encerramento. Neste momento várias médias empresas encontram-se com graves problemas, ameaçando de desemprego milhares de trabalhadores. São exemplo desta situa-

Sábado e domingo Congresso sindical nos Transportes

● Abrangidos pela Festru cerca de 60 mil trabalhadores

Em 15 e 16 do corrente no anfiteatro número um da Faculdade de Letras de Lisboa (cidade universitária) a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos realiza o seu 2.º Congresso. A Festru representa 15 sindicatos federados. Nas suas actividades participam mais 4 associações sindicais não federadas. No seu conjunto essas organizações filiadas e não filiadas mas participantes «fazem a cobertura total do continente e regiões autónomas, representando cerca de 60 mil trabalhadores». A Festru, cujo comunicado com a ordem de trabalhos acabamos de referir, prevê a participação de cerca de 250 delegados no seu 2.º Congresso que contará ainda com ou-

tros participantes.

Num manifesto entretanto publicado no órgão central da Festru, o secretariado da Federação e a comissão nacional organizadora do Congresso, apelando à participação, sublinham que a grande assembleia de sábado e domingo próximos «será muito mais que o cumprimento de um preceito estatutário». A realização do Congresso «é essencialmente um ponto de convergência da reflexão colectiva, de balanço do nosso trabalho, a de aprofundar o conhecimento dos problemas, de traçar projectos para o futuro».

A ordem de trabalhos do 2.º Congresso, que se efectua 3 anos depois do primeiro, além de documentos orgânicos respeitantes ao próprio desenrolar

dos trabalhos e à vigência dos anteriores corpos gerentes, aprovará um programa de acção, alterações aos estatutos e ao regulamento eleitoral.

No manifesto publicado no boletim «Circular» de Outubro do ano findo, além das referências à situação política nacional e do apelo à luta e participação, o secretariado e a comissão organizadora do 2.º Congresso da Festru lembra a realização em Março próximo do IV Congresso da Central e adianta que «como parte integrante dos trabalhadores portugueses, os trabalhadores dos transportes rodoviários e urbanos irão contribuir com a realização do seu 2.º Congresso» para o referido Congresso da CGTP-IN que, «com o seu inegável prestígio e influência, tra-



cará as grandes linhas de orientação e acção para o Movimento Sindical Unitário e para os trabalhadores portu-

gueses na luta pelo seus direitos e interesses e pela melhoria das suas condições de vida».

Lutas e acção sindical

● **Seguros** — A mesa dos delegados sindicais acusou recentemente o secretariado (directão) do Sindicato do Sul de servir de «muleta do Governo». A propósito da Previdência do sector, aquela estrutura sindical acentua nomeadamente que «os trabalhadores de seguros já estão sobejamente sobrecarregados com impostos para os mais variados fins, entre eles a forte contribuição para a Previdência, e não têm que contribuir ainda com mais para obter aquilo a que têm direito».

Entretanto, a comissão de trabalhadores da Companhia de Seguros Bonança emita um comunicado manifestando a disposição de tudo emprender pela «viabilização» da empresa. A CT acusa «o actual conselho de gerência de criar uma gestão autocrática» rodeando-se de «uma clientela como movimento de opinião no seio da empresa, sempre em posição de defesa e tendendo para se ocupar diariamente no desempenho das tarefas que sempre fizeram antes de serem nomeados gestores».

● **«Jornalismo»** — O boletim do Sindicato dos Jornalistas de Dezembro findo é dedicado ao 1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses a efectuar

● Anunciada para hoje uma reunião do Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN.

● **18 e 25 do corrente** — datas de prováveis greves convocadas para o sector das indústrias de celulose, papel, gráfica e imprensa. As reivindicações relacionam-se com a contratação colectiva e o direito à livre negociação.

● Após suspensão da greve, dia 6 de madrugada, os médicos do Hospital de Faro marcaram para 17 do corrente uma assembleia plenária que decidirá sobre formas de luta a desenvolver.

● Paralisação anunciada na Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC): 21 do corrente e 1 de Fevereiro. Em causa a negociação do acordo de empresa.

● Inicia segunda-feira, 10, só terminará às 7 e 30 de hoje a greve na BIS-Borrachas Industriais da Amadora, se o patronato mantiver posições anteriores.

● O 18 de Janeiro de 1934 será recordado este ano com um almoço de confraternização em Lisboa. Integrado nas comemorações daquele marco na luta contra

na Gulbenkian de 19 a 22 do corrente. Entre outras matérias o órgão do SJ refere-se à negociação do novo CCT e salienta que os «jornalistas vão bater-se por tabela salarial justa». A Associação da Imprensa Diária contratou apenas 16 por cento aos 29,5 reivindicados pelo SJ. No princípio desta semana a AID mantinha aquela percentagem, enquanto os jornalistas se reúnem em Assembleia Geral para decidir nomeadamente sobre «a resposta a dar à posição irredutível da AID».

sindicatos do distrito sobre «os livros que poderão interessar os trabalhadores», solicita às casas editoras 2 exemplares dos volumes que entendam enviar para o endereço DIAP-USL/CGTP-IN, Rua S. Pedro de Alcântara, 62, 2.º, 1200 Lisboa.

● **Prática desportiva** — O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do SJ organiza no dia 29 do corrente com início às 10 horas uma prova de corta-mato «que visa no



● **«O Ferroviário»** — O órgão da Federação dos Sindicatos Ferroviários relativo a Novembro/Dezembro findo reproduz, entre outros assuntos de interesse, a proposta integral da revisão do Acordo de Empresa. O AE/83 proposto pelos Sindicatos reivindicava nomeadamente «a reposição do poder de compra perdido no último ano, a redução do horário de trabalho de 45 para 40 horas, substituição das diurnidades por anuidades, a indexação das cláusulas pecuniárias à tabela salarial, a inclusão do prémio de produtividade nos subsídios de férias e de Natal».

● **Livros para o DIAP** — O Departamento de Informação da USL/CGTP-IN, que está a organizar um serviço informativo destinado aos boletins dos

fundamental o fomento da prática desportiva, a confraternização e o reforço da unidade entre todos os trabalhadores». As inscrições apenas dependem do preenchimento em duplicado de um impresso próprio a enviar para o Barreiro, sede do Sindicato, até uma semana antes da realização da prova. Os cinco primeiros classificados, segundo o escalão etário, podem participar na prova de corta-mato da Federação, que se realiza no Porto em 13 de Fevereiro próximo.

● **Setúbal: «A situação das principais empresas do distrito é muito grave»** — Num comunicado a União dos Sindicatos de Setúbal, depois de reafirmar que a situação se degrada cada vez mais em grandes empresas do distrito, refere no-

a fascização dos sindicatos, o almoço realiza-se no dia 18 na Casa do Alentejo em Lisboa e é promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira.

● **Regressa hoje, 14, a Paris** a delegação da CGT (Confederação Geral do Trabalho) a mais importante Central sindical francesa, que esteve em Portugal a convite da CGTP-IN. Antontem pelas 18 horas o Presidente da República receberá, segundo foi anunciado, o secretário-geral da CGT, Henri Krasucki que encabeçava a delegação.

● Depois de pagar em 11 do corrente 15 mil escudos a cada trabalhador por conta dos salários de Dezembro, os administradores da Lisnave adiaram para os próximos dias 19 e 20 a liquidação dos atrasados respeitantes ao 13.º mês. Até fins de Janeiro, em curso há a promessa de pagar o resto dos salários de Dezembro. Não há no entanto garantias quanto a salários futuros da parte dos Mellos, que querem despedir milhares de trabalhadores e obter favores bancários especiais.

meadamente «a instabilidade do emprego, atrasos no pagamento de salários e do 13.º mês, encerramento e falências, repressão pelo patronato/conselhos de gerência/administrações para tentar impor medidas lesivas dos direitos dos trabalhadores». A União, estrutura intermédia da CGTP-IN, sublinha a disposição de luta que continua a animar as classes trabalhadoras do distrito para correr definitivamente com a «AD», cuja «marca de classe» está bem patente nos «recentes aumentos dos preços dos combustíveis, transportes, electricidade, taxas e o mais que por aí se anuncia».

● **Professores em RNS** — «Ele foi a personificação da incompetência e da confrontação» durante o tempo em que foi ministro, lembraram recentemente os professores

em reunião nacional de sindicatos. Referindo-se obviamente a Vítor Crespo, a RNS de 6 do corrente autorizou um dirigente sindical a afirmar em conferência de imprensa, quando apresentava as conclusões da sobredita reunião, que «se vier a verificar-se a indigitação» daquele ex-ministro para chefe de um próximo Governo, «tal facto será motivo de luta nas escolas».

A RNS que tratou de várias outras questões de interesse específico para o sector, referindo-se aos salários concluiu que se este autodenominado governo sem primeiro-ministro, nem sub-primeiro-primeiro, nem outros ministros, é «competente» para aumentar os preços, e de que maneira, também o será para aumentar os salários, pelo que será nesse sentido que actuarão os dirigentes sindicais

Reivindicações dos bancários

Os trabalhadores da banca nacionalizada, designadamente através de uma conferência de imprensa antontem em Lisboa, reclamam um aumento geral de cinco contos mensais, a uniformização de regalias e apresentam outras propostas a que o Sindicato de direcção UGT continua alheio como já é habitual. Nos últimos dias tomaram posição em favor das reivindicações a Comissão Coordenadora das CTs das empresas do sector bancário, a célula do PCP no Banco Português do Atlântico, os membros eleitos pela lista unitária para o secretariado da secção sindical da União de Bancos Portugueses, o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP e os eleitos pelas listas unitárias para o Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que deram a conferência de imprensa de 12 do corrente.

Títulos como «continua o ataque à banca nacionalizada», «soma-se os escândalos do conselho de gestão do BPA», «descapitalizar para desnacionalizar» e «corrupção: estratégia e razão de ser do grande capital» remetem para uma crescente degradação dos objectivos da nacionalização do sector bancário e das relações e condições de trabalho dos bancários por todo o País.

O Plenário do Organismo de Lisboa, realizado em 8 do corrente, salienta nas conclusões aprovadas que é indispensável o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e a conjugação de esforços dos democratas no sentido de conseguir a dissolução da Assembleia da República, nomeação de um governo gestor e a convocação de eleições.

Após referir necessidades várias, principalmente a de reforçar a organização sindical e política, assim como a orgânica

geral dos bancários, as conclusões fazem notar que «na actual situação, onde cresce o descontentamento dos bancários face ao agravamento das suas condições de vida, é notória a desorientação da direcção do Sindicato que, comprometida escandalosamente com os conselhos de gestão, volta as costas às propostas dos trabalhadores, demitindo-se das suas funções e tornando ainda mais evidente que o Sindicato não tem uma direcção, é mais necessário e urgente que os indivíduos que se fazem passar grotescamente por «dirigentes» sindicais sejam substituídos por gente honesta e capaz».

As conclusões do Plenário de sábado, dia 8, apelam à continuação acentuada da luta em defesa da banca nacionalizada, assim como à organização e participação activa no IV Congresso da CGTP-Intersindical Nacional.

Salários rurais

Sindicato de Évora divulga a tabela

● Lutar pela portaria de extensão

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, que acaba de publicar a tabela salarial completa, por cuja extensão se batem os restantes sindicatos agrícolas, designadamente do norte e centro do País, afirma num comunicado que, para conseguir as alterações salariais ao CCT anterior os trabalhadores tiveram que realizar «cerca de 120 reuniões nas empresas privadas, 60 nas UCPs/Cooperativas, 4 plenários de delegados sindi-

cais, 1 assembleia de activistas e delegados, 3 concentrações em Montemor, Portel e Redondo com um total de 13 620 presenças».

O Sindicato, que continua a exigir como as restantes associações sindicais do sector, a saída urgente da portaria de extensão retroactiva a 1 de Setembro de 1982, refere ainda que «a movimentação dos trabalhadores e do seu Sindicato contribuíram decisivamente

para a alteração da tabela salarial».

O Sindicato de Évora reafirma no seu comunicado que «a luta vai continuar» e que «é preciso estarmos vigilantes». O documento que, pelo seu interesse e actualidade merece a divulgação mais ampla e esclarecedora, trata em pormenor dos direitos dos trabalhadores agrícolas perante o cumprimento integral dos salários acordados com o Governo quando este ainda se encon-

trava na plenitude das suas funções.

«Companheiros, devemos estar alerta! Exigimos os nossos direitos e regalias sociais! Com a nossa luta venceremos» — proclama o Sindicato, concluindo que ele próprio deve ser informado «com toda a urgência», sempre que «a empresa não cumpra com o salário, direitos e regalias» que a lei impõe através do CCT e designadamente da tabela salarial.

Assembleia da República

Fraude nos subsídios de Natal das pensões de reforma

Governo abotoa-se com 1 milhão de contos

Mais uma vez, por iniciativa do PCP, os reformados veem discutidos na Assembleia da República os seus problemas. Deste modo poderão julgar quem os defende e quem dá cobertura aos atentados contra os seus direitos.

No último mês de Dezembro os subsídios do 13.º terceiro mês aos reformados foram roubados pela administração «AD». Foi um roubo que se pretendeu legal, mas tantas fatulhices fizeram que a história apareceu a público com tudo o que desonesto fora praticado.

A deputada Zita Seabra na sua intervenção desmontou a trama. Em termos claros, tão claros que até os cegos veem, o que pelos vistos não sucede com os senhores da «AD».

Transcrevemos do seu discurso — discurso que teve o condão de causar mal-estar entre as bancadas silenciosas da «AD» — e que demonstra do que são capazes os governantes que tivemos nos últimos anos.

A ratificação que hoje vamos discutir é sem dúvida uma das mais originais alguma vez debatida nesta Assembleia. Que me lembre, nunca até agora qualquer Grupo Parlamentar fora obrigado a redigir um requerimento de sujeição à ratificação para fiscalizar um decreto-lei publicado sob dois números diferentes em datas diferentes e distribuído em datas também distintas.

Estranho requerimento! A Mesa da Assembleia da República imediatamente despatchou, atribuindo não dois números mas um só número a esta ratificação de «dois» decretos-leis. E agindo assim, a Mesa da AR procedeu com acerto regimental! É caso para perguntar como foi possível esta estranha situação.

Para impedir que os reformados recebessem o subsídio de Natal de montante idêntico ao da pensão de Dezembro (e logo com o pequeno aumento este ano fixado), o Governo não hesitou em recorrer a processos e expedientes jurídicos claramente fraudulentos.

Desde o 25 de Abril que recebiam

Desde o 25 de Abril que os reformados e pensionistas conquistaram o direito ao subsídio de Natal e a que esse subsídio fosse de montante idêntico ao da reforma do mês de Dezembro.

de Novembro, com essa data em que sob o número 463-A/82, sublinho 463-A, reproduz exactamente o conteúdo do diploma que publicara em 2 de Dezembro sob o número 464/82.

É uma pura falsificação. Mas é também uma falsificação profundamente incompetente, bem à altura do Governo demitido da AD. Como é sabido depende da efectiva distribuição a produção de efeitos dos diplomas que devem ser inseridos no «Diário da República».

Aliás, poucos dias depois da entrega na Assembleia da República do pedido de ratificação apresentado pelo PCP, nas condições estranhas que acabei de referir, surgia nas páginas do «Diário da República» um pequeno aviso a que muitos não terão prestado atenção. Nele se advertia que ficava anulado e sem efeito o diploma publicado em dois de Dezembro sob o n.º 464/82.

Até o PS foi enganado

E foi assim que o próprio Partido Socialista foi levado a sujeitar a ratificação de um decreto-lei anulado e sob cujo número figura actualmente no «Diário da República» não o 13.º mês dos reformados mas sim o Estatuto do Gestor Público (que aliás o PS também sujeitou a ratificação). É óbvio que o PS pretendeu sujeitar a ratificação do Decreto-Lei 463-A/82 que estatui que os montantes dos subsídios de Natal atribuíveis aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes contributivos de Segurança Social serão estabelecidos nos diplomas de actualização das pensões respectivas para o período a que se aplica.

Como experiência pessoal recordo um fim-de-semana recente que ali passou e durante o qual foram tantas as pessoas que contactaram, tantas as ambulâncias que lhe param à porta que outra coisa não fez senão atender doentes.

A sua intervenção seria corroborada pelo deputado José Niza, do PS, que recordou o panorama catastrófico que se vive a nível nacional no campo da saúde.

O período da Ordem do Dia foi ocupado na totalidade com um requerimento do PCP para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as causas que deram origem à não divulgação à Assembleia da República e à opinião pública do teor integral do relatório do 1.º de Maio de 1982 elaborado pela Procuradoria Geral da República.

Sobre a actuação do contra-ditório ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, que até agora se recusa a revelar o relatório da Procuradoria Geral da República falou o deputado comunista Lino Lima.

Citou as suas afirmações de que tudo seria conhecido para logo a seguir recordar afirmações contrárias. Fez, em resumo, a história trágico-cómica do que tem sido a actuação de Ângelo Correia neste processo, para lembrar por último que ainda recentemente numa entrevista a um semanário publicava em 10 de Dezembro voltava a reafirmar que não daria a conhecer o teor do relatório nem à Assembleia da República nem à opinião pública.

Também a deputada do MDP/CE, Helena Cidade Moura, corroborando a opinião do PCP salientou que esta posição do ministro Ângelo Correia resulta do facto de que a AD vive na confusão e alimenta-se do obscurantismo.

Apoiaram a posição do PCP igualmente os deputados Jorge Sampaio, do PS, Lopes Cardoso, da UEDS, entre outros.

ca» por parte do Governo AD, além de ser um escândalo no regime democrático-constitucional em que nos inserimos, é ineficaz e deixa por sanar a ilegalidade cometida.

Os subsídios de Natal, no cumprimento estrito da lei, deviam ter sido pagos com montante idêntico ao do mês de Dezembro, isto é com o respectivo aumento.

Se o recurso a manigâncias ilegais inqualificáveis é só por si ilustrativo dos métodos e da natureza da AD no Governo, é importante que aqui apreciemos o porquê dos factos que denunciamos. Tudo isto foi feito pura e simplesmente para o Governo roubar ao 13.º mês dos reformados o pequeno aumento decretado no passado mês de Dezembro.

Se centenas de escudos retirados a cada reformado podem parecer coisa insignificante aos senhores deputados da AD (mais 500, menos 500\$00!), face às miseráveis pensões de reforma da esmagadora maioria dos pensionistas, isso traduz-se num duro golpe em condições de vida extremamente difíceis.

As ilegalidades cometidas pelo demitido Governo AD seriam suficiente razão para o PCP tomar a iniciativa desta ratificação, mas a injustiça profunda que ela significa para mais de um milhão e seiscentos mil reformados é a razão fundamental que nos moveu. Não poder

Na passada semana, o Grupo Parlamentar do PCP, pela voz do deputado comunista Carlos Espadinha, apresentou o projecto de lei n.º 381/II, que prevê a reforma dos pescadores aos 55 anos de idade.

Sobre este assunto e sobre o que anteriormente se passara sobre idêntico tema iria falar pois o deputado comunista Carlos Espadinha.

Começou por recordar que foi em Dezembro de 1981 que o seu Grupo Parlamentar apresentou então o projecto de lei n.º 218/II, que tinha por objectivo fundamental a fixação da idade de 55 anos para a reforma dos pescadores.

Simplemente, esse projecto foi rejeitado pelos partidos da «AD», impedindo-se assim que fosse atendida uma das mais justas e sentidas reclamações da classe piscatória.

Referiu que na altura, ao justificarem o seu voto negativo, os deputados da «AD» não puseram em causa a justiça do projecto de lei. Em contrapartida, utilizaram argumentos que nada tinham a ver com o assunto (trouxeram à discussão a situação dos trabalhadores da Marinha Mercante) ou então argumentavam com a necessidade de estudos prévios.

Acabaram por dizer na altura os deputados da «AD», entalados numa discussão que não pretendiam, que o Governo iria fazer sair uma portaria sobre o assunto e ainda que os estudos técnicos seriam devidamente elaborados.

Tudo na mesma... ou pior

E se não houvesse oposição tinham endrominado tudo e todos, particularmente os pescadores. Mas o camarada Carlos Espadinha na intervenção agora feita recordou:

Effectivamente, saiu no «Diário da República» de 22 de Dezembro desse ano a portaria n.º 1091/81. Só que que essa Portaria não altera a situação e até mereceu viva contestação das organizações representativas dos pescadores. Lá se dizia, no artigo 4.º: O regime previsto na Portaria n.º 802/77, de 31 de Dezembro (ou seja, o regime que regula ainda hoje a reforma dos pescadores) será obrigatoriamente revisto até 30 de Junho de 1982.

Este é o resumo do que se passou com o Projecto de Lei do PCP n.º 218/II, que tanta esperança criou na classe piscatória.

mas aceitar e seria sobremaneira grave que esta Assembleia e a sua precária maioria aceitassem a injustiça decorrente da trapaça jurídica que acabamos de denunciar.

O Governo abotoou-se com mais de 1 milhão

Regressemos porém ao objecto central do nosso debate de hoje — o 13.º mês dos reformados.

Ao atribuir aos reformados um 13.º mês sem aumento, o Governo vibrou um escandaloso golpe nos seus direitos. Isto é absolutamente inegável. Mas com isso que fundos deixaram de sair dos cofres da Segurança Social?

O total não andará longe de 1 milhão e duzentos mil contos. Que poupança num Governo que se propôs oferecer de mão beijada a título de indemnização por conta das nacionalizações mais de 200 milhões de contos aos responsáveis pela mais extrema exploração dos trabalhadores portugueses! No regime dos rurais (o chamado regime especial) que tiveram 500\$00 de aumento, e que são cerca de 600 mil, as economias governamentais atingirão os 370 mil contos.

Na pensão social, cujo aumento é também de 500\$00, o Governo arrecadará talvez 40 mil contos.

Na pensão de sobrevivência do regime geral, cerca de 120 mil contos e na dos rurais (as pobres viúvas dos rurais) o Go-

verno conseguiu arrecadar cerca de 3800 contos.

Nas reformas do regime geral a verba arrecadada cifra-se em cerca de 700 mil contos. É pois profundamente injusta a situação criada pelo Governo e está nas mãos da Assembleia da República repor não direi a justiça para os reformados (que essa com a AD aqui em maioria não é possível) mas,

reforma dos pescadores seja a atrás referida.

Proseguindo e destacando que a vida do mar e o carácter desgastante dos trabalhos que aí se fazem justificam a necessidade de a reforma poder ser adquirida numa idade mais baixa, citou a Convenção n.º 71, da Organização Internacional do Trabalho, relativa às pensões dos trabalhadores do mar, na qual se aponta a idade de 55 anos como meta a atingir para a idade de reforma dos profissionais do mar.

Esta Convenção, como explicou, não consigna discriminações e aplica-se tanto para trabalhadores marítimos da marinha e do comércio, como para os profissionais da pesca.

E a propósito citou uma disposição que em Portugal tinha sido tomada neste sector:

Em 1975, através de uma Portaria de 18 de Dezembro, fixou-se a idade de reforma aos 55 anos, para todos os trabalhadores do mar, sem discriminações. Mas foi sol de pouca dura.

A Portaria nunca chegou a ser aplicada aos pescadores. E em 1977, é expressamente revogada a possibilidade de reforma aos 55 anos para os pescadores, mantendo-se no entanto essa reforma para os restantes trabalhadores marítimos. É esta discriminação que resulta das Portarias n.ºs 802 e 804 de 1977.

Outros problemas dos pescadores

É esta a discriminação que hoje vigora e tendo em vista

DIÁRIO DA REPÚBLICA SUMÁRIO PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS Decreto-Lei n.º 463-A/82 de 30 de Novembro PRÉ A orientação que tem vindo a concretizar-se no sentido da actualização periódica das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social...

Nem demitidos querem divulgar o relatório do 1.º de Maio

Na sessão plenária da Assembleia da República de terça-feira última o período de antes da Ordem do Dia teria sido daqueles sem o mínimo comentário, apesar do deputado social-democrata Duarte Chagas ter chagado a paciência ao hemisfério com as suas explicações que pelas irregularidades dos cadernos eleitorais de Ourique não eram responsáveis os sociais-democratas que até agora dominavam o conceito e detinham os referidos cadernos — enfim, a continuar assim o deputado Duarte Chagas candidatava-se a substituir o ministro Ângelo Correia não fora o caso de este já estar demitido. Malhas que a democracia tece e as eleições precipitam.

Mas dizíamos nós que aquele período não teria interesse não fora a intervenção do deputado comunista Vídigal Amaro. Deputado pelo círculo de Évora, falou com conhecimento de causa do que se passa no concelho de Portel que no aspecto de organização e funcionamento dos cuidados primários de saúde pode ser o exemplo do caos que se passa no País neste domínio.

Recordando o que de inovador e positivo ali fora feito, como aliás na maior parte do Alentejo e mesmo do País, face à política de saúde deste Governo tudo está desmantelado, não existem médicos, os serviços não funcionam, as pessoas quanto mais afastadas nos meios rurais mais carenciadas estão de assistência médica.

Como experiência pessoal recordo um fim-de-semana recente que ali passou e durante o qual foram tantas as pessoas que contactaram, tantas as ambulâncias que lhe param à porta que outra coisa não fez senão atender doentes.

A sua intervenção seria corroborada pelo deputado José Niza, do PS, que recordou o panorama catastrófico que se vive a nível nacional no campo da saúde.

Extinguiram o FFH para fomentarem a desabituação

No que respeita aos trabalhadores do FFH a situação é próxima do inacreditável! 500 trabalhadores fora do quadro, trabalhadores com mais de 10 anos na mesma categoria, sem qualquer promoção, outros (técnicos sobretudo) recebendo como fiscais e desenhadores e executando trabalhos como arquitetos e engenheiros que o são.

A ausência proposta de qualquer lei orgânica que devia por decisão de Estado ter sido apresentada em proposta em Março de 1981 por um grupo de trabalho por ele nomeado, faz com que nenhum dos trabalhadores do FFH tenha beneficiado até à data da aplicação de vários decretos de que todos os trabalhadores da Função Pública beneficiaram.

Se a «AD» se quer afundar — isso é da sua conta. Mas que não leve com ela os que trabalham, nem o País.

Ratificação das rendas comerciais adiada para 20 de Janeiro

Foi adiada para 20 do corrente, quinta-feira próxima, a discussão, na Assembleia da República, da ratificação dos Decretos-Leis 330/81, de 4 de Dezembro e 392/82, de 18 de Setembro que liberalizam as rendas comerciais e tornaram aplicável o respectivo regime a entidades sem fins lucrativos, como as colectividades populares, pondo em causa a confusão das suas actividades.

Este pedido de ratificação foi requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, procurando deste modo corresponder aos anseios de dezenas de milhares de comerciantes e outros lesados por semelhante legislação do Governo 'AD'.

Com este regime de alteração anual das rendas não habitacionais, o Governo 'AD' criou o famigerado sistema de avaliações fiscais extraordinárias (cuja aplicação prática forneceu já exemplos concretos de aumentos de rendas da ordem dos 2000 por cento), e permite a duplicação das ren-

As galerias da AR não são lugar para gente com fome

Naquele dia o Presidente da Assembleia da República, Leonardo Ribeiro de Almeida, foi apanhado desprevenido. No passado dia 6, a sessão na Assembleia decorria calmamente. Agendada para a Ordem de Trabalhos a Discussão e votação de uma ratificação pedida pelo PCP sobre a fraudulenta diminuição dos subsídios do 13.º mês para os reformados.

As galerias teriam talvez mais assistência do que é normal. Mas o Presidente da Assembleia de nada suspeitou. Senão teria reforçado os elementos da PSP nas galerias como já tem sucedido noutras ocasiões, quando estão em discussão temas considerados «quentes».

E num repente toda a galeria se levantou. Surgiram cartazes, grandes, onde se podia ler: «Temos fome!» «Queremos os nossos salários!» «CPP».

Eram os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pescas que desde Novembro não vencem qualquer remuneração. E gritavam perante o incómodo dos deputados da «AD»: «Temos fome, temos fome!» «Queremos trabalhar, queremos os nossos salários» enquanto atiravam para o hemisfério comissários nos quais se podia ler:

«A «AD» e seus «papagalos» falam na quadra natalícia, mas enquanto os da «AD» passaram o Natal numa mesa farta, os trabalhadores da CPP passaram uma quadra de um modo bastante triste, faltando o comer para si e para os seus».

Nas galerias os poucos elementos da polícia foram apanhados de surpresa. Na mesa, Leonardo Ribeiro de Almeida mandava evacuar as galerias. Enquanto se retiravam os trabalhadores da CPP não deixavam de gritar o seu protesto pela política de destruição nacional que tem sido apátnio deste Governo demitido.

Alguns minutos depois a «ordem» voltou ao hemisfério. As galerias tinham sido completamente evacuadas, mas o problema da CPP e de tantas outras empresas em circunstâncias idênticas não fora resolvida. Tampouco um único deputado da «AD» fez ouvir a sua voz para manifestar apoio pela luta dos trabalhadores da CPP.

Apenas os deputados Odete Santos (PCP) e Carlos Lige (PS) se solidarizaram de imediato e manifestaram o seu apoio à justa luta dos trabalhadores da CPP e de outras empresas que se batem pelos seus direitos.

Internacional

Pacto de Varsóvia propõe tratado de não-agressão e um verdadeiro programa de Paz

Cada reunião da NATO corresponde a um novo passo, ou uma confirmação, da corrida aos armamentos. Cada reunião do Pacto de Varsóvia, representa uma análise exaustiva das possibilidades de abrir novos caminhos rumo à Paz. Factos que invariavelmente nos são apresentados como: medidas de «defesa» contra o «perigo soviético» por parte da NATO, ou medidas demagógicas, por parte da comunidade socialista.

Mas porque a realidade é bem mais viva e complexa do que o mundo que a informação burguesa desejaria moldar, a verdadeira face dos factos vai-se impondo, e assumindo uma dimensão que está mesmo a conduzir governos capitalistas a encararem de uma forma mais positiva as sucessivas propostas soviéticas de paz.

Cai-se mesmo na triste e ridícula imagem de uma televisão portuguesa classificar — por hábito? — a declaração política dos Estados do Pacto de Varsóvia de mais uma medida demagógica, para pouco depois ter que divulgar que o próprio Reagan afirma tratar-se de propostas a ponderar.

Porque a verdade é que entre a recente reunião da NATO, onde, com discrepâncias embora, foi reafirmada a decisão de implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa (já este ano, é bom lembrar sempre), e a reunião do Pacto de Varsóvia de 4-5 de Janeiro, de onde sai uma ampla e importante proposta para a construção da Paz — vai o abismo entre os promotores de conflitos e da escalada na tensão internacional e na corrida aos armamentos, e quem obstinadamente defende a paz como valor fundamental — e na nossa época, vital.

Declaração de Praga

A formulação de uma alternativa clara à catástrofe nuclear (catástrofe que nos gabinetes do Pentágono se vai estudando em todo o pormenor) e o apelo a «uma ampla cooperação internacional para salvaguardar a civilização e a vida na Terra» — são o conteúdo fundamental da declaração política adoptada na reunião do Comité Político Consultivo dos Estados signatários do Pacto de Varsóvia, realizada em Praga, a 4 e 5 de Janeiro.

O documento saído da reunião de Praga, sublinha que «o

essencial na luta pela prevenção de uma guerra é conter a corrida aos armamentos e passar ao desarmamento, em particular nuclear». Isso, porque uma guerra, nos nossos dias, «levará fatalmente ao desaparecimento de povos inteiros, a destruições colossais e a consequências catastróficas para a civilização e a vida na Terra».

Com este objectivo, o documento insiste na importância do compromisso de não utilização, em primeiro lugar, da arma nuclear e na necessidade permanente de «arrancar do pbnto morto a limitação real e a redução de armamentos e das Forças Armadas». Com o objectivo de reactivar acções concretas pelo desarmamento, propõe-se, não só intensificar as negociações em curso e renovar o diálogo interrompido, como ainda um acordo para cessar a acumulação de armas e forças armadas, o congelamento recíproco de armas estratégicas, a elaboração de um plano de desarmamento nuclear por etapas.

Nesta perspectiva somam-se uma série de propostas concretas:

Elaborar no mais breve prazo um tratado sobre a proibição completa e geral dos ensaios de armas nucleares;

Acelerar a elaboração de uma convenção internacional sobre a proibição e a eliminação das armas químicas;

Passar à elaboração de uma convenção sobre a proibição das armas de neutrões;

Iniciar imediatamente conver-



Assembleia Plenária do Comité político do Pacto de Varsóvia no Castelo de Praga

sações sobre a proibição da instalação no espaço de armas de qualquer tipo;

Concluir rapidamente a concertação da convenção internacional sobre a proibição das armas radiológicas;

Acelerar a resolução da questão sobre o reforço das garantias de segurança dos Estados não nucleares.

Ainda no sentido do desarmamento outras importantes propostas são avançadas, como o desmantelamento das bases militares estrangeiras e a retirada de tropas de outros países e um acordo pelo congelamento e posterior redução das despesas militares.

Os fundos assim obtidos seriam canalizados para o desenvolvimento económico e social, nomeadamente como auxílio aos países em vias de desenvolvimento.

Paz para todo o mundo

A batalha pela paz não se resume a essa luta — e ainda que determinante — e neste momento vital, por isso prioritária contra a corrida aos armamentos, e em particular contra as armas nucleares.

A batalha pela paz visa também a anulação de todos os focos de guerra intervencionista ou, mais geralmente, o fim de uma política internacional assente na lei do mais forte, política abertamente promovida pelo imperialismo.

Por isso mesmo, na sua declaração política elaborada em Praga, o Pacto de Varsóvia formula propostas referentes ao saneamento das situações de tensão em conflito nos vários continentes, em primeiro lugar no que se refere à própria Europa. Sublinha-se, em particular, a situação na Ásia, África e América Latina e a importância, para a paz mundial, da supressão dos actuais focos de conflitos militares e a prevenção de novos

O que significa: «Suprimir de uma vez para sempre todas as consequências do colonialismo e do racismo, renunciar à política do neocolonialismo, da opressão e da exploração dos outros povos».

Significa igualmente — renunciar à ampliação da zona de acção dos blocos militares — «O perigo da transformação dos conflitos locais em confrontação armada à escala

mundial está muito relacionado com as tentativas de mobilizar, directa ou indirectamente, os Estados da Ásia, da África, da América Latina e da Oceania para as alianças militares e políticas e de os submeter à esfera de acção dos blocos».

Por outro lado salienta-se o carácter positivo de diversas iniciativas, como a promoção de relações de boa vizinhança e a criação de zonas de paz e cooperação entre países da Ásia, África e América Latina, a solução de conflitos através de negociação política, a criação de zonas de paz, a luta por uma nova ordem internacional.

Denunciando vigorosamente a invasão do Líbano por Israel, o documento aprovado pelos países do Pacto de Varsóvia declara que os participantes na reunião de Praga são «favoráveis aos princípios de resolução do problema do Próximo Oriente formulados pela cimeira árabe em Fez e exprimem a convicção de que a sua resolução global deve prever: a retirada total das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados desde 1967, compreendendo a parte leste de Jerusalém, o reconhecimento dos direitos legítimos do povo árabe palestino, incluindo o seu direito a criar um Estado independente, a garantia do direito de todos os Estados desta região à segurança da sua existência independente e ao desenvolvimento, o fim do estado de guerra e o estabelecimento da paz entre os Estados Árabes e Israel, bem como a elaboração e adopção de garantias internacionais de resolução pacífica dos problemas pendentes».

O documento conclui com a proposta de medidas para reduzir o nível de confrontação militar entre o Pacto de Varsóvia e a NATO. Propõe muito concretamente a conclusão de um tratado sobre o não recurso recíproco à força militar e sobre a manutenção das relações de paz. O Tratado será aberto a todos os Estados do Mundo que aceitem participar nele em pé de igualdade.



Morte e destruição são duas constantes na história do povo palestino, um povo que acima de tudo aspira a construir a sua pátria

Líbano

A guerra continua — porquê?

Não houve tréguas de Natal no Líbano. A luta prossegue, ininterrupta, entre as Forças Libanesas (milícias cristãs fascistas) e partidários do Partido Socialista Progressista de Walid Jumblat. Na montanha libanesa e a sul de Beirute, em Trípoli, continua uma batalha que simultaneamente traduz a luta do povo libanês contra a imposição, pelos invasores israelitas, do domínio da direita sobre a vida nacional e os esforços — que datam de há muito — do acirrar de conflitos, nomeadamente de carácter religioso. A velhíssima lógica do dividir para reinar.

A guerra continua, no quotidiano, somando mortos, feridos e desalojados. E o cinismo da desinformação chega ao ponto de afirmar que os invasores são força pacificadora... humor negro — inqualificável — sobre a tragédia de dois povos — o povo palestino e o povo libanês.

Na verdade, porque prossegue a guerra?

Temos em primeiro lugar a presença — desestabilizadora — das tropas israelitas. Presença que ninguém pediu. E que hoje, mais ainda, funciona como apoio decisivo de forças de direita, apesar de não ter alcançado aí todos os objectivos pretendidos.

Presença tanto mais preocupante e ameaçadora quanto, na verdade, as tropas israelitas — é essa a pretensão de Tel-Aviv instalaram-se «para ficar».

Provamos? Citemos apenas dois exemplos.

«Afirma, como chefe do Estado Maior... que ficaremos em Eretz Israel (a Grande Israel) e que a povoaremos toda» — são palavras bem recentes do

compra de armas e 910 milhões de dólares para despesas ligadas a «segurança».

Medida que se coaduna perfeitamente com a lógica que enforma a declaração de Reagan, quando do veto dos EUA ao projecto de resolução do Conselho de Segurança que exigia a retirada das tropas israelitas do Líbano: «todos nós devemos contribuir para erradicar o mal do comunismo, devido ao qual persiste o perigo de guerra no Próximo Oriente».

Que «negociações»?

Nos arredores sul de Beirute, prosseguem «negociações» entre o invasor israelita, o seu apoio determinante — os EUA, e o governo libanês, governo já fruto da própria invasão. «Negociações» que têm vindo a rodar em seco, pela impossibilidade de elaboração de uma ordem de trabalhos, parecendo agora ter sido «desbloqueadas» por uma proposta norte-americana.

Que está em causa nestas negociações?

Antes do mais, a retirada

paz quer dizer para Israel: abertura das fronteiras, criação de «postos avançados de observação», abertura de postos de ligação... como se o Líbano fosse o agressor, como se fosse ele a ocupar território alheio».

A luta continua

Denunciando, no Knesset (Parlamento de Israel), a criminalidade política do governo de Tel-Aviv, o camarada Meir Vilner, secretário-geral do Partido Comunista de Israel, declarou: «A doutrina segundo a qual a medida que o número de palestinos assassinados aumenta se consolidará a segurança de Israel é criminosa e toca as raízes do canibalismo».

Nem todos os que em Israel contestam a política que vem a ser seguida pelo governo do seu país, assumem uma tão clara condenação dessa política, mas a verdade é que também em Israel ganha crescente envergadura o movimento contra a guerra, contra uma política expansionista e de permanente agressão aos povos da região, pelo regresso das tropas actualmente no Líbano.

No início de Dezembro, uma sondagem então efectuada, indicava que 53% dos israelitas exigem o regresso das tropas do Líbano. Realizaram-se entretanto algumas das maiores manifestações de sempre, em Tel-Aviv. Nos últimos dias de Dezembro, três mil pessoas saíram uma outra vez para a rua, exigindo o regresso das forças de Israel e paz com os palestinos.

Não é por acaso que o dirigente da OLP, Arafat, declara a sua confiança no contributo do povo de Israel para a solução do problema palestino.

Esta uma parcela — significativa — da batalha que se trava pela paz no Médio Oriente.

Mas a luta desenvolve-se em múltiplas frentes, de que se salienta a luta do próprio povo palestino. Aqui também passos importantes estão a ser dados. Há poucos dias Arafat anunciou «uma profunda reorganização das forças libanesas, tendo em conta as lições dos combates de Beirute e destinada a reforçar a luta no interior dos territórios ocupados por Israel». Em Gaza e na Cisjordânia desenvolve-se uma luta quotidiana contra os ocupantes, pela preservação da própria identidade dos palestinos como povo.

No plano internacional, a activa solidariedade da União Soviética e da comunidade socialista assume um papel fundamental. A própria violência da guerra contra o povo palestino e contra as forças progressistas libanesas abriu portas a apoios — da Europa capitalista e de regimes árabes conservadores (que no decurso da agressão, se mantiveram afastados) — que tem a sua importância, muito embora estejam em causa, de facto, objectivos diferenciados, e em certos casos até mesmo opostos.

A verdade é que, no conjunto novas perspectivas se abriram no plano diplomático. Os resultados da cimeira árabe de Fez são considerados positivos pela OLP, assim como um recente acordo jordano-palestino que constitui resposta à proposta de Reagan, assente na óptica israelita, de fazer da Jordânia a pátria dos palestinos, podendo Israel manter o domínio dos territórios ilegalmente ocupados.

Múltiplas peças de uma grande batalha.

Que respostas às propostas de Paz?

Cada vez mais difícil se vai tornando a recusa sistemática das sucessivas propostas de paz da comunidade socialista, por parte dos governos do mundo capitalista. Particularmente difícil, quando o crescente peso do movimento de massas pela paz se faz sentir de forma ineludível; quando mesmo os interesses económicos do capital apontam para a cooperação com os países socialistas, só possível no quadro de um clima de coexistência pacífica; quando a possibilidade de um holocausto nuclear, impõe um sentido mais realista nas análises e decisões de dirigentes de governos capitalistas e partidos burgueses.

Assim, o actual programa de paz proposto pelo Comité Político Consultivo do Pacto de Varsóvia, que inclui a assinatura de um tratado de não-agressão mútua, gerou algumas reacções positivas em países da NATO, com especial destaque para a RFA, um dos países onde está programada a implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos, e também onde o movimento de massas pela paz assume particular envergadura.

Este interesse manifestado por parte da RFA também ao

nível do poder, tem-se vindo a concretizar, não só em declarações públicas, que incluem uma certa demarcação da «opção zero» (proposta norte-americana visando de facto um desarmamento unilateral da URSS), como em contactos em curso, nomeadamente entre o candidato a chanceler pelo PSD, Hans Vogel e o camarada Yuri Andropov ou a deslocação a Bona, prevista para este fim de semana, do camarada Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, a convite do governo da RFA.

A força do movimento de massas

Posições como esta, surgem objectivamente como sintomas de uma abertura à criação de uma outra realidade internacional, que o imperialismo pretende manter no quadro da guerra-fria, a resvalar para a «guerra-quente». Estão intimamente ligadas e dependentes, a factos e tendências da nossa época — o perigo da guerra, a internacionalização da vida, em particular no plano económico. E em particular ao amplo movimento da paz que por todo o mundo, na Europa, nos Estados Unidos, assume já uma envergadura historicamente inédita.

Os factos somam-se a demonstrar a importância crescente deste movimento. O ano passado viveram-se na Europa (toda a Europa) e nos Estados Unidos, algumas das maiores manifestações de massas de sempre. Pela primeira vez uma marcha internacional pela paz

partiu de países capitalistas para ser calorosamente acolhida em países socialistas. Significativos apelos contra a corrida aos armamentos e a arma nuclear recebem milhões de assinaturas. O apelo de Krefeld, na FRA, recolheu um milhão e meio de assinaturas. No Japão, único país que sofreu as consequências dramáticas de um ataque nuclear, o número de assinaturas pela paz, recolhidas por diversas organizações, é impressionante — 82 milhões!

De resto, o repúdio popular pelas armas nucleares é ineludível. 54% da população japonesa exige a interdição incondicional das armas nucleares. 58% dos entrevistados numa sondagem, na Grã-Bretanha, referente à instalação de novos mísseis nucleares, pronunciaram-se contra. Nos EUA, dois terços dos entrevistados por uma sondagem pronunciaram-se pelo congelamento das armas nucleares, tendência aliás confirmada por posterior referendo.

Isto para não falar já no peso que a questão paz vai assumindo na própria formação de governos, e nas respectivas campanhas eleitorais. E temos a Grécia. Temos mesmo a Espanha. E a RFA, onde os concorrentes principais às próximas eleições incluem nos seus programas — com um peso assinalável — as questões referentes a paz. E temos também a subida dos «verdes» na RFA.

Um único caminho — reforçar a luta

No memorial no Parque do Monumento à Paz de Hiroshima, afirma-se numa inscrição: «Descansem em paz, porque o erro não se repetrá».

Uma afirmação que ainda hoje não é uma certeza. Porque não tenhamos ilusões. Se a luta pela paz está a dar já os seus frutos, a vitória não está ainda de forma alguma assegurada.

Se é verdade — por exemplo — que a Câmara de Representantes dos Estados Unidos recusou as verbas necessárias para o fabrico do míssil «MX»; não é menos verdade que em

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico em 6 volumes.

Finalmente a tradução portuguesa rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lénine

edições **Avante!** e Editorial Progresso